

Proposta de Barga 4º Seminário

Apresentação

As experiências de incubação de grupos de trabalhadores para o trabalho associado desenvolvidas pelas universidades brasileiras têm permitido que a aproximação com a realidade suscite uma reflexão aprofundada sobre as condições para a consolidação de práticas que se identificam com Economia Solidária.

Diferentemente das incubadoras de base tecnológica que visam, sobretudo, a viabilidade econômica das empresas que assessoram, as incubadoras de cooperativas populares trabalham com um escopo ampliado de assessoria e formação. À medida em que cada grupo de trabalhadores avança um passo em direção a consolidação como um empreendimento autogestionário complexificam as demandas para construção da autonomia.

O trabalho desenvolvido ao longo de quase vinte anos desde a primeira incubadora de cooperativas populares no Brasil permitiu a construção de um conjunto de saberes e de práticas que criaram uma necessidade por articular as diferentes incubadoras para trocar aquilo que foi sendo acumulado de conhecimento ao longo do tempo.

A Rede Nacional de ITCPs (Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares) articula politicamente mais de 40 universidades no Brasil. Os encontros no âmbito da rede vêm levantando um série de questões que ultrapassam o dia a dia da incubação de seus grupos. A necessidade cada vez mais premente de políticas públicas, a formação de redes e cadeias produtivas entre os empreendimentos para a construção de uma Economia Solidária articulada e a escolha política pela autogestão como forma preferencial da gestão do trabalho são exemplos, entre tantos outros, que o papel das incubadoras de cooperativas populares vai muito além do agrupamento de trabalhadores.

A inserção dessas incubadoras nas universidades agrega ainda um outro importante papel: transformar esse conhecimento prático em uma reflexão teórica e metodológica que permita construir bases para a emancipação.

Boaventura de Sousa Santos (2007), nos convoca a não desperdiçar as experiências para revelar aquilo que é ativamente produzido como não existente, como alternativa não credível ao que existe. Cabe-nos dessa forma aliar a concepção de uma nova sociedade à uma nova ciência, que faça emergir relações sociais portadoras não apenas de uma transformação econômica, mas de transformações sociais, políticas e culturais.

A execução do projeto *“Construção de conhecimentos conjunta e articulação entre ITCPs no Estado de São Paulo”* pelas incubadoras das Universidade Federal de São Carlos, Universidade de São Paulo, Universidade Estadual Paulista, Universidade de Campinas e Fundação Getúlio Vargas tem entre seus objetivos sistematizar práticas para construir conhecimento.

Esse volume apresenta um conjunto de textos elaborados pelas equipes das incubadoras como resultado do quarto ciclo de formação organizado pelo *Núcleo Multidisciplinar e Integrado de Estudos, Formação e Intervenção em Economia Solidária*, sucessor da *Incubadora Regional de Cooperativas Populares da Universidade Federal de São Carlos*. Esse ciclo teve início com a realização de estudos a partir de referências

bibliográficas e de experiências de cada incubadoras junto aos seus grupos. Esse processo culminou com um seminário sediado em São Carlos, em junho de 2012, com um público aproximado de 180 pessoas intitulado: Autogestão, Desenvolvimento Territorial e Políticas Públicas para Economia Solidária. As mesas redondas e oficinas contaram com a participação de representantes de empreendimentos econômicos solidários, movimentos sociais, gestores públicos, professores das universidades e formadores das incubadoras.

Os textos que serão apresentados estão organizados conforme as temáticas escolhidas por cada uma das incubadoras para as discussões realizadas internamente junto as suas equipes de formadores e de grupos incubados. De forma geral, esse volume se divide segundo os três temas tratados no quarto ciclo de formação: **Gestão do Trabalho, Desenvolvimento Territorial e Políticas Públicas de Economia Solidária**. Mas é importante salientar que toda a realização dos estudos, organização de formações e do seminário buscaram de tratar de forma integrada os temas já que entendemos que um é condição de realização do outro para a consolidação da Economia Solidária.

A seguir temos um texto de introdução que visa dar o sentido daquilo que buscávamos como arcabouço geral para as formações no âmbito do comitê gestor do projeto composto pelas cinco incubadoras executoras.

Introdução

Iniciamos o quarto ciclo de formação do projeto articulação com uma proposta de trabalho: pensar de que maneira a participação na tomada de decisões nos empreendimentos econômicos solidários (EES) pode fomentar a participação de forma mais ampla nas decisões de uma comunidade. A ideia dessa formação foi aprofundar o debate sobre cada tema e, para, além disso, desenvolver um entendimento das relações que podem ser estabelecidas entre eles.

A sequência escolhida para a realização dos estudos seguiu uma lógica: da gestão coletiva do trabalho nos EES à gestão coletiva dos territórios onde vivem os trabalhadores dos EES; da decisão coletiva nos rumos dos EES para a decisão coletiva dos rumos da comunidade; de uma forma diferenciada de organização do trabalho a uma forma diferenciada da organização da vida coletiva.

Cada um desses três temas exigiu um aprofundamento teórico e conceitual. Por isso a tentativa foi de estudar a origem desses termos na literatura e sua aplicação na Economia Solidária. De antemão sabíamos que existia, e ainda existe, uma lacuna de conhecimento naquilo que se refere a sistematizações mais gerais sobre a relação dos temas no campo da Economia Solidária. O que têm se produzido de bibliografia foca, na maioria das vezes, em estudos de casos. Esses têm sido importantes para conhecer as experiências que estão se desenvolvendo, mas há uma demanda por estudos mais amplos que contribuam como marco teórico e metodológico.

No momento de preparação dessa quarta formação a equipe coordenadora do NuMI EcoSol, sucessor da INCOOP/UFSCar, optou por não utilizar o termo gestão participativa que havia sido preliminarmente definido na proposta do projeto Articulação ITCPs porque ele se refere a um dos diferentes modelos de gestão do trabalho. Outros existem como a heterogestão, a co-gestão, a autogestão, por exemplo. Assim, essa formação busca compreender esses diferentes modelos e discutir qual se aplica melhor aos princípios e anseios da economia solidária.

Na preparação dessa quarta formação a equipe executora do projeto no NuMI EcoSol pensou em algumas estratégias. A primeira delas foi o uso dos espaços presenciais do comitê gestor do projeto para a realização dos estudos. Para a formação virtual houve a tentativa de retomada do Moodle como ferramenta de formação do coletivo ampliado das 5 incubadoras do projeto através de fóruns de discussão. O objetivo foi dar prosseguimento as discussões iniciadas nas reuniões presenciais e dar maior suporte para discussões internas nas incubadoras. Outra estratégia proposta foi a construção de um texto que sistematize o processo de formação e avanço na compreensão desses temas a partir dos estudos presenciais pelo comitê gestor. A partir do relato das discussões o NuMI EcoSol se propôs a apresentar ao final da quarta formação um texto que retratasse os avanços do projeto nesses temas.

Parte 1. Autogestão como sentido da Economia Solidária

O que difere essencialmente a Economia Solidária da economia capitalista? Além da propriedade dos meios de produção pelos trabalhadores, que elimina a divisão entre capital e trabalho, o processo de compartilhamento de todas as ações e decisões é outra característica fundamental. Se em termos gerais existem quatro tipos de gestão do trabalho, sendo elas a heterogestão, co-gestão, gestão participativa e autogestão, um exame detalhado mostra que para uma economia que se pretenda centrada na valorização do homem, distantemente daquela que se centra na acumulação de capital, não há lugar para as hierarquias. Os textos a seguir retratam as discussões realizadas no âmbito desse tema durante a execução do projeto de Articulação de ITCPs. O **primeiro texto**, escrito por Patricia Guarany, sistematiza os esforços para entendimento das implicações de cada uma dessas formas de gestão do trabalho. O **segundo texto** dessa primeira parte foi redigido pela equipe da INCOP da Unesp de Assis e, à luz de uma experiência com o Círculo de Cultura, discute a autogestão na construção de saberes e de subjetividades. O **terceiro texto**, redigido pela ITCP da FGV relata os avanços no entendimento das diferenças entre as diferentes formas de gestão do trabalho a partir das formações do projeto.

Primeiro Texto: Texto disparador de Gestão do Trabalho Por Patrícia Guarany

Este texto disparador foi redigido a partir do estudo direcionado, da leitura complementar e dos debates realizados pelo comitê gestor relacionados ao tema "Gestão": gestão participativa, autogestão, co-gestão e heterogestão.

Na literatura e pesquisas relacionadas à economia solidária é comum encontrarmos o termo "autogestão" como uma das características deste modo de organização do trabalho, no entanto ao indagar aos participantes ativos da EcoSol por que fazem autogestão e não gestão participativa, ou co-gestão, as respostas se apresentam inúmeras e incertas. Mais afinal, qual a diferença entre esses diferentes tipo de gestão colocados?

Refletindo sobre os 4 conceitos apresentados no primeiro parágrafo e outros elementos que rondam a gestão do trabalho, partimos da pergunta "o que você entende por gestão dos empreendimentos de economia solidária?" para elaborarmos a Figura 1 buscando inserir os elementos com base em dois pólos: empreendimentos de economia solidária (EES) e sistema capitalista.

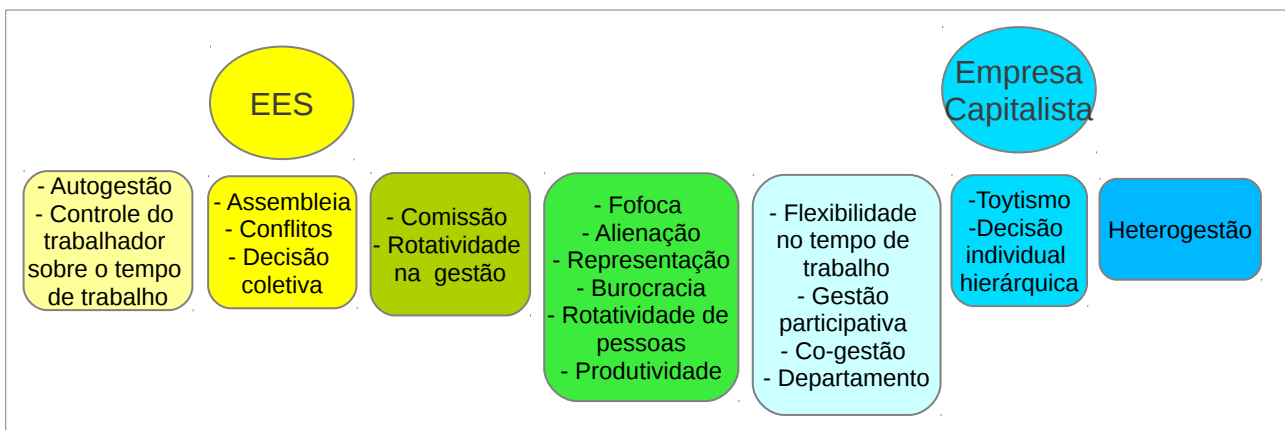


Figura 1 – Elementos da Gestão do Trabalho

Após análise do quadro constatamos que os EES trabalham com vistas a autogestão, pois muitas vezes a gestão não é exatamente coletiva ou horizontal. As empresas capitalistas oscilam entre a heterogestão e a co-gestão. Notamos então a ausência do Estado, uma vez que polarizamos entre EES e empresa capitalista. O Estado, neste processo se situa em muitos momentos enquanto outro pólo, podendo aparecer no quadro entre EES e empresa capitalista, atuando com base no toytismo ou na gestão participativa.

O debate sobre gestão também se mostra polêmico quando tentamos classificar e conceituar cada termo, pois apesar de sabermos que há diferença entre cada um, muitas vezes não sabemos as especificidades. Além disso, ouvimos esses termos que designam a gestão do trabalho nos discursos de empresários, políticos de esquerda ou direita, e mesmo pesquisadores da economia solidária, sendo usados para mostrar uma atuação mais ou menos progressista do defensor. No entanto, não necessariamente atuam de acordo com o que falam gerando confusão no entendimento de cada conceito. Por

exemplo, um grupo de dez pessoas que diz agir de acordo com a autogestão mas na prática obedece as decisões de apenas dois participantes do grupo.

Elaboramos então o Quadro 1 para discussão e definição inicial sobre o conceito de cada termo :

Quadro 1 - Diferenciação entre gestões de trabalho

	autogestão	gestão participativa	Co-gestão	heterogestão
forma de organização	horizontal	participativa (vertical)	competitiva	vertical
prática cultural dominante	cooperação, definida pelo coletivo	competição estimulada pela participação	competição com estímulo à participação	competição
distribuição de renda	menor amplitude de renda	definida pelo patrão com participação limitada no lucro	definida pelo patrão com participação limitada no lucro	100% definida pelo patrão
adesão ao EES	adesão livre, espontânea e esclarecida	limitado pelo lucro	limitado pelo lucro	menos livre, espontânea e esclarecida
acesso	decisão do coletivo	limitado	limitado	definido pelo patrão
grau de diferença na estrutura	total	baixo	bem baixo	nula

Com vistas ao aprofundamento de nosso debate, sendo esse essencial para a nossa atuação coerente com a proposta da economia solidária no dia a dia e com os EES, buscamos também na literatura um maior aprofundamento dos conceitos de heterogestão, co-gestão, gestão participativa e autogestão.

A heterogestão é o modelo hegemônico na sociedade capitalista, uma vez que busca lucro e acúmulo do capital. Caracteriza-se enquanto a "gestão de diferentes ou desiguais" (Cançado, 2007), separando o trabalho intelectual do trabalho manual, no qual as pessoas que executam o primeiro são consideradas superiores aos indivíduos que executam o segundo tipo de trabalho. "É consolidada por meio de organização burocrática de trabalho, baseada em cadeias de comando hierárquicas". Segundo o autor, a burocracia organiza e naturaliza a divisão do trabalho, e os trabalhadores não conhecem todo o processo da organização do trabalho ficando sob controle do patrão.

Co-gestão e gestão participativa se apresentam de forma bastante semelhantes e aparecem a partir do desgaste do modelo taylorista. De acordo com Cattani (2006), a co-gestão possibilita a intervenção dos trabalhadores em questões pontuais (horários, férias, serviços sociais). Nas situações das quais os trabalhadores tem fortes representantes, respaldados pelos sindicatos, a co-gestão possibilita a intervenção em situações mais complexas como planejamento de recursos humanos, ou concepção de local de trabalho. Pode haver também a constituição de conselhos paritários (5 trabalhadores e 5 representantes dos empregadores) para a tomada de decisões. Este tipo de gestão do trabalho prevê a divisão por departamentos nos quais os trabalhadores opinam, ou influenciam, nas decisões relativas àquele núcleo menor em que participam.

Já a gestão participativa pode apresentar-se de forma mais ampla e a partir de diferentes objetivos. Uma das formas é a partir das "iniciativas e pressões dos produtores diretos e de suas entidades representativas sendo, dessa forma, uma conquista uma vez que amplia a intervenção dos trabalhadores na questão do poder da autoridade e do controle da e na produção. A gestão participativa pode, por outro lado, resultar de estratégias patronais que, por meio de concessões localizadas obtêm a redução dos conflitos e mais envolvimento e dedicação dos trabalhadores, o que resulta em ganho de produtividade." Esta forma de gestão encontra-se dentro de espaços delimitados de ação, predeterminados, estáveis e controlados, legitimando muitas vezes decisões tomadas pela administração superior, sem que haja uma verdadeira consulta aos trabalhadores. Essa forma de gestão do trabalho propõe uma co-responsabilidade na execução das tarefas de forma a aumentar o trabalho individual, sendo portanto uma nova forma de auto-exploração, na qual os trabalhadores sentem-se responsáveis pela baixa produção e podem culpar-se pelas eventuais falhas. Da forma como é implementada, constitui-se como uma estratégia anti-sindical. É paradoxal, uma vez que estabelece maior participação dos assalariados com relações menos hierarquizadas, por outro lado pode trazer maior intensificação do trabalho e assimilação de normas disciplinares que redefinem e reforçam a hegemonia do capital. (Cattani, 2006)

A atuação do Estado muitas vezes se beneficia dessa forma de gestão, propondo à população que participe da formulação de ideias, mas sem participar da tomada de decisão final. Assim, a população se sente participante do processo gerando menos conflito com as decisões do Estado.

Chegando então no último termo relacionado a gestão que traremos neste texto: autogestão. Termo este bastante conhecido pelos ativistas da economia solidária, pois é considerada a forma de gestão adequada aos EES, também mostra-se bastante problemática na sua construção e implementação. Cançado (2007) coloca que a autogestão é a autonomia do trabalhador sobre a gestão de seu empreendimento, no qual todos os trabalhadores estão cientes de todo o processo do trabalho, que é realizado de forma transparente, podendo tomar decisões conscientes. Seria "um modo de organização do trabalho, onde não há separação entre a concepção (trabalho intelectual) e execução (trabalho manual). Os meios de produção são coletivos, caracterizando-se ainda pela presença de um processo de educação em constante construção na organização." (p.86).

Entre os diversos pesquisadores sobre o tema apresentam-se algumas divergências quanto a forma que devemos construir a prática autogestionária. Cançado (2007, p.82) coloca que alguns autores¹ consideram que as experiências isoladas de autogestão estão "condenadas ao fracasso pois, para sobreviverem, passam a adotar práticas próximas às capitalistas", apresentando dois destinos: ou crescem e sucumbem ao sistema para manter suas conquistas, ou acabam por falta de resultados econômicos. Por outro lado, Paul Singer (2001, in Cançado 2007, p. 83) e Cançado (2007) discordam propondo que ações se iniciem de forma isoladas, e "as experiências autogestionárias devem buscar sua sustentabilidade, tanto atuando de maneira competitiva no mercado capitalista, quanto se associando a outros empreendimentos de mesma natureza, por meio de parcerias e formando redes".

De qualquer forma, ambos os lados concordam que é necessária atenção aos processos culturais e educativos, pois estão intimamente ligados ao processo de aquisição da prática da autogestão. A educação, continuada e permanente, constitui-se

1 Motta (1988), Mandell (1977) e Machado (2000).

elemento essencial para a compreensão da autogestão, uma vez que podem aumentar o nível de consciência dos trabalhadores (Paulo Freire, 1987), e para que este modo de gerir não se degenere com a rotatividade de trabalhadores.

A partir do debate realizado entre as cinco incubadoras participantes do projeto de articulação de ITCP's², pudemos observar a maneira como cada incubadora opera com relação a gestão do trabalho, além de possibilitar a visualização de diferentes níveis de dificuldades encontradas na implementação da prática da autogestão tanto internamente nas ITCP's, quanto dentro dos grupos acompanhados.

Dentre os grupos apresentados, há diferentes formas de gestão. Cada grupo tem um modo de funcionamento próprio, alguns grupos se aproximam da autogestão, organizando-se de maneira autônoma às incubadoras, realizando assembléias consultivas e deliberativas, organizando-se por meio de conselhos, ou por departamentos. Outros grupos estão mais distantes da autogestão, apresentando inclusive, em alguns momentos, relação de dependência com a incubadora.

Praticamente todos os EES apresentam lideranças, e levantamos então mais uma questão: em que medida uma liderança é positiva para os grupos e de que forma se alinha com o conceito de autogestão? Em muitas experiências as lideranças apareceram de forma negativa no processo da autogestão, pois os líderes assumem uma atuação autoritária verticalizada, gerando uma atmosfera conflitante de desconfiança entre os integrantes do grupo. No entanto, também há lideranças participativas, que ajudam o grupo a se organizar e a não perder o foco de trabalho, demonstrando que lideranças podem contribuir com o coletivo.

Durante o debate realizado entre as incubadoras do projeto Articulação de ITCP's sobre a questão das lideranças nos grupos e das diversas maneiras de organização interna, constatou-se que grandes grupos, que trabalham pautados na autogestão, se organizam por meio de diferentes funções no trabalho coletivo configurando uma divisão do trabalho. Neste contexto, levantou-se outra questão: é possível divisão do trabalho sem alienação?

Mostra-se necessário ressaltar que o sistema capitalista vigente nos coloca a heterogestão como principal forma de gestão do trabalho atualmente, e é difícil conseguir que a autogestão se consolide naturalmente. Os autores apresentados por Cançado (2007) deixam clara a necessidade de um trabalho educativo constante, compreendendo que pessoas passam anos imersas em um sistema de pensamento, e demoram um tempo para emergirem dessa situação. O autor acrescenta ainda que, "alguns trabalhadores manifestam ter saudades dos tempos do patrão, onde não precisavam preocupar-se com os resultados do trabalho", fazendo com que o processo de transformação interna demore. Existe ainda o que Paulo Freire identifica como o "medo da liberdade" e das respectivas responsabilidades referentes a tal situação. Alguns trabalhadores poderiam preferir a opressão segura à liberdade arriscada. (FREIRE, 1987, in Cançado 2007).

Quais são então os desafios colocados para o processo de construção da autogestão dentro dos EES?

"É importante repensar a questão das ações dos órgãos de apoio, é necessário que os profissionais (técnicos) estejam preparados para ensinar a pensar, o que é bem mais complexo do que ensinar a fazer. Dentro da proposta de construção da autogestão em EES, os técnicos devem estar alinhados com a perspectiva da educação dialógica e

2 INCOOP/ UFSCar, INCOP/ Unesp Assis, ITCP - FGV, ITCP - USP e ITCP Unicamp.

perceber a importância da práxis no desenvolvimento dos empreendimentos." (Cançado, 2007, p.96)

"O apoio técnico não significa submissão e dependência, e sim união de forças em prol do mesmo objetivo." (Cançado, 2007, p.97)

Referências Bibliográficas

CANÇADO, A. C. A Construção da Autogestão em Empreendimentos da Economia Solidária: uma proposta metodológica baseada em Paulo Freire. In: CANÇADO, A. C. & CANÇADO, A. C. M. G. **Incubadora de cooperativas populares: metodologia dos indicadores de desempenho**. 2a edição. Palmas: Futura, 2009.

CATTANI, A. D. Gestão Participativa. In: CATTANI, A. D. & HOLZMANN, L. **Dicionário de Trabalho e Tecnologia**. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2006.

**Segundo Texto: Autogestão na Prática da Economia Solidária e Círculo de Cultura
na Construção de Saberes e Subjetividades
Texto da Unesp/Assis**

*“Quando ele nasceu
Não disseram que era assim
A lei do mais esperto
Cada um por si [...]”
(Juraildes da Cruz)*

Introdução

A Economia Solidária, ainda que possa ser concebida de várias formas, fica evidente, entre todas as concepções, o consenso de ser a autogestão condição básica para que um empreendimento possa ser qualificado como de Economia Solidária, ocupando um papel central no denominado “cooperativismo popular”. (CANÇADO, 2004).

Dessa forma, ao mesmo tempo em que se confunde com Economia Solidária, a autogestão é também uma ferramenta desta, principalmente enquanto “ideal” de democracia econômica e gestão coletiva que caracterizam um novo modo de produção (NASCIMENTO, 2004). A prática autogestionária presume participação ativa dos membros nos empreendimentos, nas diversas atividades desenvolvidas, tanto nas de finalidade econômica, quanto nas de finalidade social.

Como consequência do dinamismo da história e das lutas dos trabalhadores ao longo destes últimos anos, sobretudo em seus momentos mais críticos, os movimentos de emancipação operária contribuíram, substancialmente, para a construção das várias formas e sentidos que a autogestão assumiu ao longo destes períodos. Assim, a pretensão de uma definição fechada da prática autogestionária corresponde à negação de todo este processo histórico, uma vez que o conceito de autogestão permanece em constante processo de construção.

Desde a criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária – SENAES, em 2002, tem-se impulsionado no Brasil, diversas ações de apoio à criação e ao desenvolvimento de empreendimentos econômicos solidários. Na pedra angular deste movimento de fomento à Economia Solidária está a mobilização de instituições como: universidades, sindicatos, entidades religiosas, ONGs, setores dos diferentes níveis de governo, dentre outros agentes sociais envolvidos com o tema.

Como exemplos de atuações desenvolvidas pelas universidades destacam-se as práticas realizadas pelas Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares – ITCP’s. O trabalho de apoio aos empreendimentos, desde a sua constituição, ocorre por meio de ações como: capacitação para a Economia Solidária; orientação administrativa, contábil e jurídica; educação popular; elaboração de planejamento estratégico, etc.

O presente trabalho tem por objetivo produzir uma reflexão acerca da autogestão na Economia Solidária e de sua relação com os entraves dos processos de subjetivação do modo de produção capitalista, adotando o Círculo de Cultura como ferramenta possível para a afirmação da nova configuração de trabalho, baseada nos princípios da Economia Solidária e do Cooperativismo Popular. Este debate surge a partir de experiências desenvolvidas pela equipe da Incubadora de Cooperativas Populares da UNESP – Núcleo de Assis, junto às cooperativas e associações de catadores de materiais recicláveis no Oeste Paulista.

Portanto, é deste local privilegiado, enquanto membros da Incop Unesp – Núcleo Assis, que pretendemos alcançar o objetivo deste trabalho e contribuir com o constante processo de construção da prática autogestionária, utilizando da experiência acumulada ao longo de mais de uma década de atuação junto aos empreendimentos solidários. E quem sabe ainda, cooperar para o preenchimento de uma lacuna na literatura no que diz respeito aos desafios do processo de consolidação das práticas autogestionárias nesses empreendimentos, uma vez que não se encontram estudos que tratem diretamente deste tema. (CANÇADO, 2004)

1. Economia solidária, autogestão e o modo de subjetivação capitalístico.

No Brasil, com as conquistas de direitos, obtidas a partir das lutas do movimento operário, as condições e o padrão de vida dos trabalhadores assalariados melhoraram significativamente. Se antes os movimentos sociais eram disparados por um inconformismo com a situação de exploração da força de trabalho e pela afirmação de uma posição crítica que lutava por uma alternativa emancipatória ao assalariamento, hoje os sindicatos trabalhistas defendem os direitos conquistados e a sua ampliação. Estas organizações são o principal instrumento para a defesa dos interesses dos trabalhadores, que muitas vezes se resumem na garantia de emprego e na conservação do mesmo. (SINGER, 2002).

Considerando que o cooperativismo popular atual também se apresenta como alternativa ao desemprego, muitos trabalhadores, inicialmente, veem neste espaço apenas uma possibilidade de renda. O fato de ingressarem nesses empreendimentos que defendem e praticam os valores da Economia Solidária não garante uma reflexão sobre o novo processo democrático de trabalho, já que em todos os outros âmbitos da sociedade prevalecem os valores capitalistas, da competição e individualismo, promovendo estado de alienação desses sujeitos. Alienação caracterizada pela ausência de sentido no trabalho e de uma consciência mais crítica acerca da realidade, dos problemas sociais, políticos e intelectuais.

O trabalho enquanto uma atividade humana que transforma a natureza e constitui o sujeito, no modo de produção que prima pela acumulação do capital, muda de sentido. Torna-se trabalho alienado, uma mercadoria, o operário vende sua força de trabalho como forma de garantir a sobrevivência.

Como aponta Duarte (2004, p. 62):

“O sentido pessoal é produzido pelas condições objetivas de vida do operário, que o levam a vender sua força de trabalho em troca de salário. Por essa razão, o sentido do trabalho do operário será para ele o mesmo, esteja ele trabalhando em uma fábrica de tecidos, ou em uma fábrica de armas ou em uma fábrica de remédios que salvam vidas, pois o sentido de seu trabalho é determinado pelo quanto ele recebe e não pelo que ele produz.” (DUARTE, 2004, p. 62)

O sistema capitalista impera como sistema econômico e organizador da vida social no mundo ocidental, há mais de dois séculos. Sua essência está embasada na lei de sobrevivência do mais apto, portanto, incompatível com formas coletivas de organizar a vida. Esse sistema cria valores e princípios que não se limitam à economia, mas alcançam à construção de uma lógica que se faz presente na cultura, nas relações sociais, no trabalho e principalmente na constituição de uma subjetividade regulada por competição, individualismo, alienação e passividade.

“A apologia da competição chama a atenção apenas para os vencedores, a sina dos perdedores fica na penumbra. O que acontece com os empresários e empregados das empresas que quebram? E com os pretendentes que não conseguem emprego? Ou com os vestibulandos que não entram na universidade? Em tese, devem continuar tentando competir, para ver se saem melhor da próxima vez. Mas, na economia capitalista, os ganhadores acumulam vantagens e os perdedores acumulam desvantagens nas competições futuras. [...] Pretendentes a emprego que ficaram muito tempo desempregados tem menos chance de serem aceitos, assim como os que são mais idosos.” (SINGER; 2002, p. 8)

A idéia de sobrevivência "apenas" dos mais aptos e da lei de "cada um por si" traz nesse sistema a forma competitiva de encarar o mundo. Competição no capitalismo é um valor que, na teoria, alavanca a sociedade; mas, na prática, alavanca alguns (poucos) sob a espoliação de outros (a maioria).

Independentemente de pertencer a uma ou outra classe social, operária, patronal ou liberal, o modo de produção capitalista incide sobre todos os indivíduos, produzindo subjetividades subsumidas por seus princípios e valores.

“O modo capitalístico de produção da subjetividade intervém nos meios mais diversificados. Por isso, a questão que se coloca não é a de saber se você está num meio pequeno burguês ou num meio de professores. O que é preciso saber é como você se situa em relação às categorizações inconscientes da subjetividade [...] Essa categoria dos garantidos existe tanto na classe operária quanto no meio dos intelectuais, quanto no meio dos militares – enfim, por toda parte. Então a problemática que se coloca atualmente tem a ver com o fato de que, no campo dos não-garantidos, não encontramos apenas pessoas excluídas pelo campo social, mas também componentes portadores da contestação do conjunto dos processos de subjetivação. Componentes portadores do questionamento inclusive daquilo que se pode passar a nível das elites capitalísticas.” (GUATTARI; ROLNIK. 1986, p. 189).

Estas classes requerem espaços que possibilitem sua politização e conscientização, no sentido de ganharem conhecimento sobre o que lhes diz respeito, especialmente quando se deparam com a “oportunidade” de se organizarem em associações ou cooperativas na perspectiva da Economia Solidária, visando à geração de trabalho e renda, solicitando a prática da autogestão. A participação direta na gestão do empreendimento, sem dúvida, levanta contradições nos processos de subjetivação capitalísticos. Esta participação efetiva e direta muito pouco tem a ver, se contrapõe à alienação do trabalhador numa empresa exploradora da força de trabalho tradicional como é o caso de qualquer empresa capitalista.

Quando pensamos em autogestão, não podemos vislumbrar apenas o caráter gestor de um EES, mas sim todo o contexto em que os sujeitos estão inseridos. Imersos em uma sociedade onde há o predomínio da heterogestão, se torna complexo migrar valores de um modelo ao outro. O olhar frente a problemas cotidianos de um empreendimento se torna, inicialmente, um entrave de egos, levando à busca de uma suposta “razão” individual que predomine e solucione a questão.

A autogestão deve inibir a adoção de práticas não igualitárias, a partir da concepção de que todos devem participar das decisões e se responsabilizar por deliberações do coletivo.

Nesse sentido, a liderança pode ser uma questão importante a ser considerada. A presença de lideranças democráticas e integrativas, que estimulem e promovam a participação e o protagonismo dos diversos atores em questão, é fator decisivo para o

êxito dos empreendimentos. Porém, o que observamos é que essa liderança, representada por componentes do Conselho Administrativo, muitas vezes encontra dificuldades na efetivação dessa participação coletiva. É possível retratar uma situação característica: de um lado o Conselho Administrativo assumindo o papel de comando, tomando decisões, desconsiderando a participação de um coletivo representativo, de outro, o restante do grupo que acaba por se acomodar, já que poucos querem se responsabilizar pela tomada de decisões.

No entanto, idealizar um coletivo, uma composição múltipla, remete aos entraves que o modo de produção capitalista impõe. Atravessados pelo modo de subjetivação hegemônico, advindo de suas relações sociais e trabalhistas anteriores, os trabalhadores estão visando não a solução real do problema, mas dividendos pessoais, sejam eles na forma de capital ou de status dentro do grupo. A mediação deste embate requer ferramentas que tornem possível o migrar do investimento individual para o coletivo, migrar, este, que repetido nas ocasiões diversas se torna processo de construção do coletivo. Coletivo que bloco após bloco vai tomando linhas e contornos autogestionários.

O mecanismo da autogestão propicia o fluir do conhecimento entre os trabalhadores, as trocas de experiências e informações que articuladas compõem um novo saber descentralizado.

“Sendo as decisões coletivas, a experiência de todos os sócios pode ser mobilizada, e esta será sempre muito maior que a experiência duma cúpula, que na empresa capitalista concentra o poder de decisão. Por isso, as decisões coletivas em empresas solidárias tendem a ser mais certeiras que as adotadas em empresas capitalistas comparáveis.” (Singer, 2003, p.20)

Pouco a pouco, os integrantes dessa experiência em gestão democrática vão tomando conhecimento de que seu comprometimento, tanto nos processos decisórios, quanto nas outras esferas do trabalho coletivo é essencial para a superação dos desafios que qualquer empreendimento enfrenta. Tal comprometimento reforça a criação de laços mútuos entre os que vivenciam esse processo, superando a visão naturalizada em que o individual deve sempre preceder e prevalecer ao coletivo, dessa forma, se dá, a passos lentos, um processo de resubjetivação, onde o outro passa de competidor a aliado. Aliado que transpassa as barreiras do empreendimento e vai tomando corpo na esfera social.

“O problema moderno da opressão, exploração e alienação está vivamente presente, embora assuma diferentes configurações na contemporaneidade. Afinal, temos realmente problemas modernos, sem soluções modernas; portanto, ainda faz-se necessário pensar em libertação. Ou melhor, em libertações, em emancipações, pois o plural pode mudar aquilo que a teoria crítica moderna não deu conta plenamente: o reconhecimento da não-homogeneidade das necessidades e das opressões dos cidadãos e cidadãs, agentes de diferentes sexos, gêneros, etnias, idades, comunidades, dos diversos tipos de trabalho (fabril, cooperativo, doméstico, infantil) etc.” (VERONESE, 2008, p.61)

2. Circulo de Cultura: espaço de (des) (re) construção de saberes e subjetividades

Contrapondo aos valores do sistema hegemônico, a Economia Solidária, tem enfoque na lógica "inclusiva", no bem coletivo, não na competitividade e no individualismo.

Segundo Singer:

“A Economia Solidária foi concebida para ser uma alternativa superior por proporcionar às pessoas que a adotam, enquanto produtoras, poupadoras, consumidoras, etc., uma vida melhor. Vida melhor não apenas no sentido de que possam consumir mais com menor dispêndio de esforço produtivo, mas também melhor no relacionamento com familiares, amigos, vizinhos, colegas de trabalho, colegas de estudo etc., na liberdade de cada um de escolher o trabalho que lhe dará mais satisfação; no direito à autonomia na atividade produtiva, de não ter de se submeter a ordens alheias, de participar plenamente das decisões que o afetam; na segurança de cada um saber que sua comunidade jamais o deixará desamparado ou abandonado.” (SINGER, 2002, p. 114 - 115)

Essas duas óticas econômicas são pautadas por valores opostos, mas presentes intercaladamente, ou simultaneamente, no cotidiano dos empreendimentos econômicos solidários, cujos trabalhadores se dispuseram a viver uma nova forma de estabelecer as relações entre os pares. Apesar de participarem desse espaço solidário, vivem em uma sociedade capitalista, num impasse constante entre essas duas possibilidades.

Ao tomarmos a produção da cultura e da subjetividade a partir das relações sociais estabelecidas e determinadas pelas relações econômicas, podemos apontar para presença de uma força recorrente da velha ordem administrativa hierarquizada e da organização do processo de trabalho do modo de produção capitalista. Modelo que separa as atividades de concepção e de comando, das atividades operacionais, dividindo os trabalhadores em duas grandes categorias: os que pensam e tem poder e os que meramente obedecem e executam. Essa força continua produzindo subjetividades, mesmo quando se invocam dispositivos de mudança.

Neste sentido, desvelar, a partir da promoção de espaços de debates, o antagonismo entre os valores capitalistas e os valores solidários contribui para que não se reproduza a alienação também nos empreendimentos solidários. Esta nova forma coletiva de organização das relações econômicas poderá produzir novo sentido ao trabalho desses sujeitos.

Mas como realizar isso sem a emergência das relações de poderes entre formadores e membros de empreendimentos, categorizando os que sabem e os que não? Nos processos de incubação realizados pela equipe da Incop Unesp são adotados referenciais teórico-metodológicos pertinentes à Educação Popular, à Pesquisa Participante, entre outros que consideram o sujeito um ser social e ativo.

Essas perspectivas preconizam que a relação entre pesquisador e objeto/sujeito deve ser estabelecida de maneira horizontal, destituindo o suposto poder acadêmico de seu lugar privilegiado:

“São muito evidentes as potencialidades de se obter um novo conhecimento sólido a partir do estabelecimento, na pesquisa de uma relação mais proveitosa sujeito-sujeito, isto é, uma completa integração e participação dos que sofrem a experiência da pesquisa. Nada senão novas intuições podem surgir desse curso. Isto é igualmente importante como uma postura prática, na medida em que as políticas de participação tornam-se mais sensíveis as necessidades reais das bases sociais e rompem com as relações verticais e paternalistas tradicionais.” (BORDA, 1987, p. 59)

No trabalho da equipe da Incubadora desenvolvido junto às cooperativas e associações, entre as ferramentas adotadas, encontra-se o Círculo de Cultura. Momentos de debates e fazer nesse espaço a construção de um possível distanciamento da alienação e uma aproximação da autonomia, onde se questiona a subjetividade formada no sistema capitalista e cria-se um novo modo de subjetivação, com sujeitos ativos e conscientes de suas práticas sociais, políticas e econômicas.

O Círculo de Cultura, enquanto método de discussão criado por Paulo Freire (1967) possibilita ensino e aprendizagem no seu sentido mais amplo. Espaço que propõe romper com as formas tradicionais de transferência de conhecimento, buscando sua construção; todos aprendem e ensinam a partir do que cada sujeito traz de si. Todos os participantes podem pesquisar, pensar, praticar, refletir, sentir, ser, agir, intervir e avaliar o seu fazer. O Círculo de Cultura traz como sugestão o uso da linguagem com formas expressivas diversificadas, para além da linguagem falada (tradicional), teatro, música, dança, argila e outras atividades artísticas e culturais, primando pelo movimento participativo.

O Círculo de Cultura tem por objetivo promover reflexões que contribuam para a promoção de sujeitos ativos e não mais subsumidos pela passividade, como na velha ordem educacional discursiva. A construção coletiva de conhecimento pressupõe estimular as trocas, potencializar os vários olhares, incentivar a criatividade, pensar nas vivências como potencialidades e buscar questionamentos e respostas no grupo de trabalho. Dessa forma, pode contribuir para distanciar os sujeitos de uma "consciência ingênua" e caminhar em direção a uma "consciência crítica", potencializando as novas configurações de trabalho, cujo modelo de gestão é democrático e autônomo.

Nesse sentido, o papel que a academia vem desempenhando, junto aos grupos populares, assessorando-os no desenvolvimento do Empreendimento de Economia Solidária e de seus sócio-trabalhadores, tem sido relevante. Relevância expressa pela viabilidade e continuidade do empreendimento e pelo progressivo nível de democratização de relações entre seus sócios, bem como pela oportunidade de geração de trabalho e renda àqueles que dificilmente teriam um emprego no mercado formal de trabalho.

Por outro lado, cabe destacar a possibilidade de articulação de saberes acadêmicos e populares, neste caso, estimulada pelo Círculo de Cultura. Esses espaços que potencializam sujeitos, não furtam os acadêmicos da apropriação e construção de novos conhecimentos. Pelo contrário, contribuem de forma decisiva para a formação de profissionais também mais críticos e comprometidos com a transformação da realidade social.

Considerações Finais

Dessa forma, o trabalho, nos moldes da Economia Solidária, vem propor uma mudança estrutural nas diversas relações do indivíduo nos meios sociais, se colocando como alternativa de construção, com o intuito de superar as barreiras econômicas, sociais e políticas inerentes ao contexto de sociedade atual. Neste sentido, é possível apontar que o processo de subjetivação do modo de produção capitalista naturaliza conflitos advindos deste contexto.

O desafio está em fortalecer a participação na gestão democrática, possível apenas com o desenvolvimento de sujeitos críticos e autônomos. A proposta de um processo de educação permanente, por meio do Círculo de Cultura, apresenta-se como uma estratégia pertinente no trabalho com grupos populares.

Este espaço vem possibilitando discussões ou "bate-papos", como os cooperados costumam se referir, colocando em pauta temas sobre o cotidiano de trabalho na Cooperativa, os valores cooperativistas, o contexto social, econômico e político e outros que possam contribuir para o desenvolvimento de uma consciência mais crítica, e conseqüentemente, de sujeitos mais autônomos e criativos.

Este ponto de vista privilegiado, a partir do trabalho de incubação, nos dá a possibilidade de articular saberes populares e científicos na construção de um novo saber não hegemônico, capaz de promover mudanças tanto na realidade social quanto no conhecimento acadêmico, no intuito de horizontalizar tal relação.

A produção desses novos saberes vem acompanhada de um novo processo de subjetivação, tanto dos trabalhadores dos empreendimentos de economia solidária, quanto dos formadores, membros das equipes da Incubadora. Potencialmente, esses futuros profissionais estarão comprometidos com a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

Portanto, a autogestão colocada não como mera ferramenta, mas como processo, será capaz de produzir novo processo de subjetivação, possibilitando a apropriação de um nível de consciência mais crítica e auxiliando seus personagens a se inserirem em uma nova esfera econômica, social e política.

Referências Bibliográficas

BORDA, O. F. Aspectos Teóricos da Pesquisa Participante: considerações sobre o significado e o papel da ciência na participação popular. In Brandão, C.R. **Re-pensando a Pesquisa Participante**. São Paulo, SP: Brasiliense, 1987.

CANÇADO, A. C. **Autogestão Em Cooperativas Populares: Os Desafios Da Prática**. [Dissertação de Mestrado] Salvador, BA: Universidade Federal da Bahia, 2004.

DUARTE, N. **Formação do indivíduo, consciência e alienação: o ser humano na psicologia de A. N. Leontiev**. Cadernos Cedes, 24, 44 - 63.

FREIRE, P. (1967). **Educação como prática da liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004.

GUATTARI, F.; Rolnik, S. **Micropolítica: cartografias do desejo**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1993.

NASCIMENTO, C. **Autogestão e o Novo Cooperativismo**. Brasília, DF: Ministério do Trabalho e Emprego, 2004.

SINGER, P. **Introdução à Economia Solidária**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002.

SINGER, P.; Souza, A. R. **A Economia Solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego**. São Paulo, SP: Contexto, 2003.

VERONESE, M. C. **Psicologia Social & Economia Solidária**. Aparecida, SP: Idéias & Letras, 2008.

Terceiro Texto: Gestão do Trabalho *Texto da FGV*

Originalmente o tema se chamava “gestão participativa”, entretanto durante as reuniões do conselho gestor do projeto os participantes optaram por reestruturar o tema, vendo que seria mais interessante estudar a gestão participativa ao lado da autogestão, da co-gestão e da heterogestão. Assim pode-se entender melhor onde estão as fronteiras que as separam e as diferenciam das demais, e também, onde elas se aproximam e tendem a serem similares. Cattani define a gestão participativa enquanto “as situações nas quais os trabalhadores, diretamente ou por delegação, estejam investidos da capacidade de decisão na organização do trabalho, eventualmente nos procedimentos administrativos e comerciais e, mais raramente, na condução geral da empresa.” Percebe-se que é uma definição bem ampla que engloba desde suas formas mais emancipatórias, como a autogestão, até o a participação dos trabalhadores promovida pelo toyotismo moderno. Ou seja, é um conceito que não define fronteiras entre opostos tão latentes quanto os expostos acima. Desta forma, foi importante buscar outros referenciais para qualificar os posicionamentos, como a classificação de Bordenave (apud Hellwig, 2007) que coloca a autogestão como o mais alto grau de participação, onde impera a ausência de hierarquia entre o trabalho intelectual e o trabalho manual. Disto o debate se focou em definir gestão participativa e co-gestão como formas intermediárias de engajamento e participação dos trabalhadores em busca de “possibilidades de realização do trabalho de forma livre e criativa” (Mendonça, 1978).

Cumprida esta etapa, o foco das discussões mudou para as modificações sofridas no mundo do trabalho a partir da reestruturação produtiva levado em curso na década de 1970 e 1980. Essas transformações flexibilizaram o funcionamento hierárquico e rígido do fordismo-taylorismo, em prol de se utilizar as capacidades intelectuais de todos os funcionários fabris, não apenas do corpo gerencial. Esse novo paradigma de organização trouxe elementos para o cotidiano das empresas que se aproximam das propostas autogestionárias, uma vez que a gestão participativa se tornou comum, sendo incentivada pelos principais think-banks de gestão corporativa. Portanto ao discutir a autogestão e gestão participativa, se não houver um exame apurado das intencionalidades do projeto proposto, pode-se confundir as práticas adotadas. Ora, é um princípio básico da Economia Solidária, a emancipação do sujeito através de uma prática laboral livre e autônoma. Portanto a autogestão dentro desta finalidade tem como objetivo proporcionar aos trabalhadores meios para alcançar tais fins. Já no contexto toyotista, no mundo das corporações, a finalidade máxima é o aumento da produtividade do trabalho, da capacidade de cada trabalhador em gerar mais-valia para a empresa. Mesmo quando tem como meio a melhoria na qualidade de trabalho, a flexibilização dos horários e funções, esta se orienta pelo ganho de produtividade que a empresa têm ao adotar tais práticas. Deste modo, percebe-se que são finalidades diferentes que se utilizam do discurso da participação e engajamento no empreendimento a qual o trabalhador faz parte.

Essa conclusão levou o coletivo a definir melhor as fronteiras entre a autogestão, um conceito bem característico da Economia Solidária, e a gestão participativa, amplamente empregada nas corporações atuais. De fato, a intervenção de cada trabalhador nas decisões e processos de funcionamento de seu empreendimento tem a capacidade de promover uma maior integração e cumplicidade com a organização a qual pertence, o engajamento, um processo de reconhecimento pessoal com o coletivo.

Referências bibliográficas

CATTANI, A. D. Dicionário De Trabalho E Tecnologia. Zouk, São Paulo. 3ª Edição, 2011

HELLWIG, B. C. **A Participação No Processo Decisório**: Um Estudo Na Economia Solidária. Revista De Gestão Usp, São Paulo, V. 14, N. 4, P. 1-14, Outubro/Dezembro 2007

Parte 2. Avanços na discussão sobre a relação entre Economia Solidária e Desenvolvimento Territorial

A Economia Solidária pode ser um outro modelo de desenvolvimento? Essa pergunta foi respondida positivamente na realização da primeira Conferência Nacional de Economia Solidária, realizada em Brasília no ano de 2006. Se a Economia Solidária pode ser esse outro modelo cabe entender quais são as vias para o alcance desse objetivo. Nas discussões realizadas pelas cinco incubadoras que compõem o projeto de Articulação de ITCPs foi possível avançar nas limitações economicistas que pautam o modelo de desenvolvimento capitalista. Os textos que se seguem relatam uma perspectiva territorial para o desenvolvimento que alia a formação de redes e cadeias produtivas ao envolvimento dos empreendimentos e trabalhadores nas decisões que dizem respeito às comunidades onde se inserem. O **primeiro texto**, de Tatiane Marina Pinto de Godoy, parte de uma reflexão sobre as desigualdades socioespaciais como condição de realização do capitalismo para explorar as possibilidades postas pelos princípios da Economia Solidária em reverter a diferença entre territórios ricos e pobres. O **segundo e terceiro texto**, das ITCPs da UNICAMP e da FGV respectivamente, retratam o percurso de discussão do tema em cada uma das duas equipes.

Primeiro Texto: Texto disparador de Desenvolvimento Territorial Por Tatiane Marina Pinto de Godoy

Dando continuidade aos estudos do comitê gestor do projeto Articulação ITCPs para a realização do quarto seminário “Planejamento e Gestão Participativa, Desenvolvimento Territorial e Políticas Públicas”, sistematizamos esse texto as discussões conceituais e teóricas a respeito do desenvolvimento territorial como uma das estratégias de fortalecimento da economia solidária. Algumas experiências já apresentam resultados que permitem avançar na discussão sobre o tema. Dentre elas está a experiência desenvolvida pela Incubadora Regional de Cooperativas Populares da Universidade Federal de São Carlos - INCOOP UFSCar, que executa ações desde 2007 visando a formação de redes e cadeias produtivas entre empreendimentos incubados num território foco. Este território foi definido a partir de estudos prévios sobre as possibilidades que tal estratégia possibilitaria para a consolidação das iniciativas de economia solidária. Além da formação de redes e cadeias, a estratégia de desenvolvimento territorial traçada pela INCOOP UFSCar estabeleceu metas relacionadas ao acesso aos direitos de cidadania pela população moradora do território localizado nos bairros Jardim Gonzaga e Monte Carlo, área sul do município de São Carlos.

Num primeiro momento esse texto apresentará uma discussão alicerçada na compreensão sobre as desigualdades socioespaciais como produto das desigualdades sociais inerentes ao modo de produção capitalista. Essa discussão se faz necessária, sob o nosso ponto de vista, para que se responda qual é o desenvolvimento pretendido pelos trabalhadores, gestores públicos e militantes da Economia Solidária. Fica aqui como questão provocadora a possibilidade das suas ações reverterem as desigualdades sociais e transformarem territórios empobrecidos e precarizados de toda e qualquer infraestrutura que permita condições mínimas de reprodução da vida, em lugares de apropriação dos meios e condições dignas de vida. Fica também como uma pergunta para reflexão: qual é a possibilidade transformadora da realidade social, política, cultural, ambiental e territorial da Economia Solidária?

Na segunda parte o texto apresentará o resultado das discussões realizadas pelos membros do comitê gestor acerca das diferenças e/ou semelhanças entre o entendimento sobre o desenvolvimento local e o desenvolvimento territorial e sobre o território enquanto recorte espacial e categoria analítica que atribui novos significados ao entendimento sobre o desenvolvimento.

Desenvolvimento desigual

No capitalismo a reprodução das relações sociais se assenta numa forma de organização do trabalho, de distribuição dos meios de produção e de apropriação da mais-valia, que extrapolou o espaço da produção e atingiu todos os níveis da vida social. Como produto de uma sociedade desigualmente constituída em função do lugar que cada grupo ocupa na reprodução do modo de produção capitalista, as desigualdades socioespaciais manifestam-se concretamente nas diferenças regionais, na fragmentação do espaço urbano e na concentração territorial da riqueza.

Distinguidas as devidas intencionalidades na produção do espaço de cada lugar, há um comando geral que direciona a produção e a reprodução do espaço segundo os objetivos

da acumulação ampliada do capital. O atendimento das demandas do capital distingue os lugares segundo suas possibilidades de reprodução das condições da acumulação ampliada e configura o que hoje se entende pelas diferenciações socioespaciais.

Ana Fani Alessandri Carlos (2007) enfatiza que a diferenciação espacial explicita uma concepção de espaço que vai além do entendimento da simples localização dos fenômenos, avançando para o entendimento de que o espaço é produto de relações sociais.

O entendimento do espaço como esfera materializada da vida social advém da teoria da produção e reprodução social do espaço. Ana Fani Alessandri Carlos (1996) aponta que a espacialidade é uma vertente analítica, a partir da qual se pode ler o conjunto da sociedade. A diferenciação de classes sociais está manifestada na fragmentação do espaço, na diferenciação dos lugares, na contraposição entre lugares ricos e pobres, que apresentam estruturas diferenciadas para a reprodução social.

Estudos sobre o desenvolvimento geográfico desigual, dentre os quais destacamos os de Harvey (2004), Soja (1993), Smith (1988), Carlos (2007) e Rodrigues (2007), avançaram metodologicamente a ponto de demonstrarem que, enquanto tivermos desigualdades sociais, desigual distribuição da riqueza e políticas públicas que privilegiam apenas algumas parcelas da sociedade, teremos, conseqüentemente, parcelas do espaço diferenciadas pela presença e ausência de objetos e estruturas que caracterizam o grau de desenvolvimento econômico e social. Essa geografia diferencial está presente não apenas na cartografia dos espaços mundiais, mas também é interna aos territórios nacionais, com as disparidades regionais e intraurbanas.

Entender a forma como se produz e reproduz a Economia Solidária implica estabelecer seus intrincados elos com o sistema capitalismo. Uma das contribuições teóricas está na compreensão das desigualdades socioespaciais como produto e condição das desigualdades sociais imanentes ao modo de produção capitalista. Essa argumentação teórica fundamenta-se na teoria segundo a qual o espaço não é reflexo ou palco da sociedade, mas constitui-se da sociedade, materializa as diferenciações sociais e as lutas de classe e condiciona a reprodução das relações sociais.

O conhecimento das relações constituintes da produção espacial, alicerçadas no modo de produção capitalista hegemonicamente em vigor, são pressupostos teóricos para formulação de um conhecimento das condições em que se produzem e reproduzem as relações sociais na Economia Solidária. Assim, é importante reconhecer a realidade que nos cerca e compreender o processo histórico que a produziu.

A noção de “desenvolvimento geográfico desigual” como centro explicativo das diferenciações socioespaciais, esclarece a existência de uma sociedade de classe que diferencia seus membros a partir do lugar que ocupam, tanto na produção, quanto na distribuição da riqueza gerada.

A divisão de classes produz a materialidade da divisão espacial do trabalho. A tarefa social de cada indivíduo condiz com seu lugar no espaço. A posição social também é a posição material na dimensão social. No espaço urbano, caracterizado pela divisão centro-periferia, o lugar ocupado pelas diferentes classes sociais decodifica as relações existentes na produção da cidade. É na escala do lugar, enquanto dimensão prático-sensível das relações sociais, que mais claramente se manifesta a posição ocupada por cada classe social. Mas, no espaço nacional e no espaço mundial, por meio das regionalizações das áreas de interesse do capital, também estão evidentes as

diferenciações espaciais como produto das trocas desiguais e combinadas do sistema capitalista de produção.

Entender que as desigualdades socioespaciais são condição para a reprodução do capitalismo enquanto modo de produção hegemônico é tão importante quanto entender que as desigualdades sociais são condição da reprodução ampliada do capital. É fundamental compreender que é sobre a desigualdade que o capitalismo se reproduz e que o espaço é a base material necessária, mesmo que estejamos presenciando o triunfo do capitalismo financeiro onde parece que o capital não ocupa lugar. Se a circulação de bens e serviços parecem não mais respeitarem as fronteiras políticas (embora as barreiras alfandegárias e as políticas protecionistas nos mostrem o contrário), a circulação de pessoas está sujeita aos limites territoriais. Os territórios existem, mesmo que no discurso neoliberal sejam negados pelo fim das fronteiras econômicas. E esses territórios estão articulados numa hierarquia definida a partir dos interesses do capital. Essa hierarquia se dá no plano mundial, no plano nacional, nas diferenças regionais e nas diferenças intraurbanas. Se temos populações pobres e ricas, temos territórios pobres e ricos. Temos as favelas, os conjuntos habitacionais, os bairros de infraestrutura precária, os condomínios fechados, os bairros de alto padrão, os edifícios modernos e inteligentes, as áreas “revitalizadas[2]”, todos numa mesma cidade dando materialidade e lugar as diferentes classes sociais. No campo, o território do agronegócio acumula a riqueza que se opõe a precariedade das condições vividas pelos assentamentos e áreas de ocupações do movimento sem terra e pela agricultura familiar.

O desenvolvimento territorial tem por finalidade reverter essas desigualdades socioespaciais? A Economia Solidária tem a possibilidade de mudar as condições materiais de vida de comunidades que trabalham com os seus princípios? Por qual modelo de desenvolvimento a Economia Solidária se pauta? Ele condiz com o que se entende por desenvolvimento local ou territorial? Qual é a diferença entre o local e o territorial?

Desenvolvimento local e desenvolvimento territorial: semelhanças e diferenças

O termo desenvolvimento territorial tem sido usado em diferentes contextos como forma de explicitar a articulação de iniciativas da Economia Solidária com os espaços onde estas estão inseridas. Apontado como uma estratégia, o termo aparece tanto em textos acadêmicos quanto em editais públicos para financiamento de atividades de empreendimentos e órgão de fomento.

Entender as origens do termo e qual é a sua possível relação com a Economia Solidária é um dos objetivos dessa quarta formação do projeto Articulação ITCPs. Para realizar essa discussão, o comitê gestor do projeto debateu a partir de alguns textos as características do desenvolvimento no modo de produção capitalista.

Ficou claro para todos que a escolha do território é estratégica para o desenvolvimento capitalista. Mais do que um conceito geográfico, o território é uma condição para o desenvolvimento. Mas o território também é condição de vida para as pessoas que nele vivem. No desenvolvimento capitalista o território é exaurido de suas riquezas. O modelo de desenvolvimento exógeno do capitalismo explora o território até que sejam extraídas todas as possibilidades de reprodução do capital. Quando o território deixa de ser atraente para o capitalismo ele é abandonado e o desenvolvimento busca

novos espaços para a sua estratégia. Nessa situação, o território explorado perde a sua validade.

Sobre o lugar que os EES ocupam no desenvolvimento não houve consenso para os participantes do projeto no momento da formação. Discordou-se do editorial escrito por Silvio Caccia Bava no *Le Monde Diplomatique* (fevereiro 2012), onde há uma defesa de não contrapor modelos de desenvolvimento, mas dinamizar o mercado interno para enfrentar a crise internacional e dar forças a novas alternativas para o desenvolvimento local (na qual Bava caracteriza as experiências de Economia Solidária). O comitê gestor pauta que é um novo projeto de sociedade que a Economia Solidária busca. Não é tornar-se competitiva nos momentos de crise do capitalismo que a Economia Solidária almeja.

O termo desenvolvimento em si já traz muitas discussões. O que é desenvolvimento? Ele é próprio das características de reprodução no capitalismo? É possível pensar em desenvolvimento aliado aos princípios da Economia Solidária? Se buscarmos seu sentido filosófico, o conceito de desenvolvimento se explica pelo movimento em direção ao melhor. Essa é a definição primeira contida no *Dicionário de Filosofia* (ABAGGNANO, 2003, P. 241). Ela tem precedentes no conceito aristotélico de movimento e seu significado otimista é peculiar da filosofia do século XIX estreitamente ligado ao conceito de progresso. Hegel transformou o desenvolvimento numa categoria fundamental da sua filosofia e o exemplificou na história. Hegel ainda destacou que o desenvolvimento pressupõe o fim para o qual se move. Assim, pensar em desenvolvimento é pensar num movimento que atinja a um fim.

Se o desenvolvimento é pensado como o movimento em direção a um fim, é possível pensarmos que a Economia Solidária pode ser um modelo de desenvolvimento para alcançar um fim? Que fim é esse que almejamos na Economia Solidária?

A escala desse desenvolvimento também é objeto de discussão. Local ou territorial? Para além de uma questão de escala, o que está implicado nessa discussão é uma questão conceitual. Tanto um quanto o outro não se restringem a dimensão ou tamanho, mas às relações sociais que se estabelecem no espaço. O local, em sentido estrito, é a localização, um ponto em meio a outros. Por isso, não se trata de uma categoria de análise. Já o território é uma categoria que tem um longo histórico nos estudos geográficos. De maneira geral, o território é pensado como espaço onde há uma relação de apropriação e de pertencimento.

Cabe-nos compreender qual é a diferença entre desenvolvimento territorial e desenvolvimento local. A escolha por um ou outro termo ainda não é unânime. Na Economia Solidária há uma prevalência do termo desenvolvimento territorial.

A discussão sobre o desenvolvimento territorial e/ou desenvolvimento local deve considerar as origens da discussão dos termos. Ambos partem de um modelo de desenvolvimento endógeno, a partir de atores locais, o que difere dos modelos tradicionais de desenvolvimento que se pautam por estratégias externas que pouco ou nada consideram sobre as características do território onde ações são implantadas. Mas a diferença entre o territorial e o local não se explica apenas por uma questão de terminologia. O local é um ponto no mapa, mas o modelo de desenvolvimento local que se implantou em muitos países se caracteriza por uma estratégia de tornar o local competitivo no contexto da globalização. O Brasil importou esse modelo de desenvolvimento local na busca por fortalecer e tornar competitivas algumas localidades através da formação de redes de pequenas e médias empresas. Mas torná-las competitivas no capitalismo, sem questioná-lo.

O desenvolvimento territorial pode agregar outros componentes a essa discussão. Partir do entendimento do território como esfera de pertencimento e apropriação de uma comunidade abre a perspectiva para pensar numa estratégia que vá para além da esfera econômica considerando que o desenvolvimento também tem que ser para tornar dignas as condições de vida da população. Nesse sentido, pensar a Economia Solidária como estratégia de desenvolvimento territorial implica em considerar que os princípios que regem os empreendimentos podem ultrapassar o local da produção e pautar a vida da comunidade onde as iniciativas de Economia Solidária estão presentes.

Referências Bibliográficas

- ABBAGNANO, N. **Dicionário de Filosofia**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- AMARO, Roque. Desenvolvimento Local. In: HESPANHA, P. et al. **Dicionário internacional da outra economia**. Coimbra: Almedina/CES, 2009.
- BAVA, S. C. **Le Monde Diplomatique**. Fevereiro de 2012.
- CARLOS, A. F. A. Diferenciação socioespacial. **Revista Cidades**, Presidente Prudente, vol. 4, n. 6, pp 45-60, jan-dez, 2007.
- HARVEY, D. **Espaços de Esperança**. São Paulo: Edições Loyola, 2004.
- LEFÈBVRE, H. **A Reprodução das relações de produção**. Tradução de Antonio Ribeiro e M. Amaral. Porto: Publicações Escorpião, 1973a. (Cadernos O Homem e a Sociedade).
- MARX, K. **Contribuição à crítica da economia política**. 2ª edição. São Paulo: Expressão Popular, 2008.
- RODRIGUES, A. M. Desigualdades socioespaciais – a luta pelo direito à cidade. **Revista Cidades**, Presidente Prudente, vol. 4, n. 6, pp 45-60, jan-dez, 2007.
- SMITH, N. **Desenvolvimento desigual**. Natureza, capital e a produção do espaço. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.
- SOJA, E. **Geografias pós-modernas**. A reafirmação do espaço na teoria social crítica. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1993
- ZANIN, M. **Proposição de diretrizes para políticas públicas em Economia Solidária como condição para o desenvolvimento de território urbano: caso Jardins Gonzaga e Monte Carlo – São Carlos – SP**. Projeto de pesquisa em políticas públicas – Fase II. Processo FAPESP nº. 2007/55393-6.

Segundo Texto: Texto sobre Desenvolvimento Territorial ***Texto da ITCP/UNICAMP***

Este texto é um breve relato de como a ITCP/Unicamp vêm se apropriando das discussões e temas propostos pelas cinco ITCPs do Estado de SP, advindos da prática de incubação de Cooperativas Populares.

Neste caso, o foco é o debate acerca de Desenvolvimento Territorial, protagonizado pelo Numi/UFSCar e refletido no quarto Seminário de Articulação de ITCPs.

Portanto o relato abaixo refere-se a um período anterior à realização do Seminário e é fruto de uma proposta de estudos coletivos provocada pela equipe da UFSCar.

É importante dizer que esta foi a primeira vez em que a discussão sobre o tema se deu de forma organizada e coletiva para os formadores da ITCP/Unicamp. Isso não significa que as equipes de trabalho ainda não haviam se atentado para a importância e relevância do tema, contudo nossas práticas cotidianas e escolhas de prioridades ainda não haviam dado o devido espaço de reflexão. Logo, são questionamentos ainda bastante iniciais oriundas de dois momentos coletivos organizados pela Equipe Articulação da ITCP/Unicamp, por uma ex-formadora da mesma Incubadora e orientada também por um formador da ITCP/FGV.

De acordo com a orientação recebida pelos companheiros das outras ITCPs, por ser um debate bastante polêmico e amplo sobre dois conceitos amplamente discutidos (Desenvolvimento e Território), nos mais diversos campos do conhecimento (Economia, Geografia, Economia Solidária, Ciências Sociais, etc...), recomendou-se que o debate se inicia-se pelo conceito “desenvolvimento”, tendo sido lido previamente um texto para disparar o debate.

Obviamente que apenas um espaço coletivo para isso não é suficiente para aprofundarmos no tema, mas sentimos que fora um espaço de bastante importância, como um disparador. O intuito do momento não era “fecharmos” uma posição sobre as ideias mais “divergentes” nesse campo, mas sim abriremos e apresentarmos brevemente as reflexões que vinham surgindo nos estudos coletivos de outras Incubadoras.

Os principais questionamentos surgidos foram uma preocupação do coletivo em não olhar para a ideia de desenvolvimento como algo necessariamente melhor, positivo, como algo mais evoluído em relação à um estágio anterior, linear. Outro ponto da discussão que ficou bem marcado fora o da necessidade de não considerar a ideia de desenvolvimento atrelada ao “econômico” e além disso, material.

Portanto, o conceito apareceu vinculado à noção de mudança e também vinculado à crítica ao contexto político brasileiro atual, no qual desenvolvimento é quase sinônimo de desenvolvimento das forças produtivas. Sinônimo de transferência de tecnologias e modelos ocidentais, do chamado primeiro mundo, que já esgotou seus recursos naturais (por exemplo), e incentiva o desalojo de milhares de famílias ribeirinhas para a construção de usinas hidroelétricas. Ou de milhares de agricultores familiares para o avanço do agronegócio.

Um outro aspecto fundamental que nos é caro, é pensar o desenvolvimento a partir de nossa prática junto aos grupos populares e o quanto o trabalho desenvolvido parece ir contra essa ideia de desenvolvimento propagandeada pelos meios de comunicação em massa. E além disso, não só o trabalho de educação popular realizado, mas muitas vezes, a própria existência dos grupos com os quais trabalhamos. Nas incubações essa reflexão é feita pelos cooperados, que através de sua prática cotidiana, sentem as

consequências de um “certo tipo de desenvolvimento”, que em nome dele, ameaçam de despejo as cooperativas localizadas em área central ou na beira de rodovias importantes (locais mais favoráveis à especulação imobiliária), sentem sua autonomia ser ameaçada através de imposição de metas por parte do poder público, que dizem querer “organizar” as cooperativas, para que estas pura e simplesmente atendam às exigências do mercado.

Essa relação com o poder público e com o Estado também foi ponto importante de discussão. Sobretudo quando pensamos a ideia de desenvolvimento junto à de autonomia. Percebe-se coletivamente que a prática das Incubadoras, dependendo de seus projetos políticos pedagógicos, tendem a entrar em conflito com as políticas mais gerais das Universidades, entendendo-as como parte do Estado. Assim como os assentamentos da reforma agrária, ou as cooperativas de reciclagem que ocupam os espaços públicos “abandonados”.

São experiências que buscam autonomia (em diversos aspectos, como autonomia política, nas relações de gênero, econômica), mas que são tangenciadas pelas questões normativas do Estado e portanto, são conflituosas.

Como podemos perceber, o coletivo de formadores optou por não buscar uma “melhor definição” do conceito uma vez que este carrega uma carga axiológica muito grande, mas sim, tentar entender as armadilhas e potencialidades que o mesmo pode trazer à prática da ITCP/Unicamp, sempre em consonância com seu projeto político definido. Questionou-se por fim, a própria ideia de desenvolvimento da ciência, ou pelo menos, da ciência ocidental e seus métodos. Seja a abordagem que busca relativizar todos os aspectos possíveis, seja uma abordagem que necessite de classificações e definições conceituais para os mesmos aspectos.

A construção coletiva do debate acerca de desenvolvimento territorial passou então para um segundo momento de reflexão conjunta, desta vez, animado por um formador de outra Incubadora, mais experiente sobre o tema.

Tentamos então compreender porque diversas vezes os termos local, territorial ou regional aparecem juntos, porque isso acontece e onde está esse ponto de confusão que muitas vezes acaba “esvaziando” politicamente ou teoricamente o conceito.

Entendendo que desenvolvimento relaciona-se à ideia de mudança e trata de diversas esferas (econômica, espiritual, social, emocional...), pensamos se essas esferas poderiam ou não estarem articuladas, concluindo que depende de quem está controlando essas mudanças, pensando e decidindo sobre as mesmas. O controle desse processo de mudança ou o desenvolvimento desejado deve ser social, vir “de baixo”, com autonomia para decidirem sobre esse processo. A ideia de autonomia surge como um elemento necessário, estrutural e perene desse processo.

Quando buscamos compreender os termos local, regional, territorial, propriamente ditos, entendeu-se que local relaciona-se com escala e que esta relaciona-se com tamanho (com algo visível). A escala também não pode ser vista como algo “fechado”, mas que ela própria é subjetiva, ou seja, depende de quem a define.

Percebemos também que muitas vezes, usa-se “local”, para “fugir” da ideia do desenvolvimento regional (embasada por Celso Furtado, do campo desenvolvimentista).

Contudo, a discussão coletiva sobre o conceito também ressaltou que o termo é bastante usado para justificar e aplicar políticas e projetos hegemônicos, ou seja, alinhados aos ideais do Fundo Monetário Internacional.

Diante disso, o que definiria “local” (ou seja, se estamos falando da lógica do FMI ou de uma comunidade quilombola que luta para defender seu modo de vida) é o tipo de território que se analisa, ou seja, é fundamental discutir-se a partir da ideia de domínio, influência, processos de territorialização, para entender, mapear, identificar o território.

Olhando para a nossa prática, tentamos fazer o exercício de compreender sobre a realidade da região central do município de Campinas, e identificamos o território dos catadores, dos camelôs, do tráfico, das profissionais do sexo, entre outros.

Sendo assim, os territórios são caracterizados por disputas, que o coletivo identificou como elemento central e comum a terra, a posse da terra onde se materializa essa disputa.

Esse ponto nos pareceu fundamental uma vez que o capital tende acabar com o território, com sua influência, transformando as inúmeras variáveis inerentes ao território e suas relações em mercadoria. Um exemplo também baseado em nossa prática de incubação refere-se à lógica da construção civil. Enquanto as empreiteiras e os governos investem na construção da mercadoria casa (descolada de sua relação com a terra na qual as pessoas que nela vão viver construíram suas identidades), os mutirantes de um coletivo que constroem suas próprias casas podem pensar as mesmas como espaço amplo de vivência, uma vez que estão pensando na utilidade, no uso da casa e não na obtenção de lucro.

Logo, a mercadoria casa pode estar em qualquer lugar, construída sobre qualquer terra, em contraposição à casa dos quilombolas do Vale do Ribeira por exemplo. Ou aos assentados rurais de Mogi-Mirim, ou dos moradores do Pinheirinho.

Nesse sentido e mais uma vez pensando em nossa prática, seria possível potencializar o trabalho das Incubadoras, articulando-o com a defesa dos território dos grupos populares com os quais se relacionam?

Nos pareceu um caminho interessante, para além de “desenvolver a economia de um bairro”, inserindo as famílias no sistema capitalista do qual muitas estão excluídas.

Novos Horizontes

Ainda que seja muito inicial o debate sobre desenvolvimento territorial (pelo menos com esses nomes) para a ITCP/Unicamp, com a contribuição prática e teórica das demais ITCPs do projeto, o coletivo mostrou-se animado e motivado e entender melhor e praticar as possibilidades que esse campo poderiam abrir para a construção da autonomia dos grupos populares. Alguns resultados iniciais fruto das discussões relatadas já podem ser identificados. Um exemplo é a formação de uma nova equipe na ITCP/Unicamp, pautada pelo trabalho de finanças solidárias e comercialização como estratégias de defesa de alguns territórios nos quais já estamos articulados junto aos Movimentos Sociais. Outro debate que nos surge muito articulado à questão dos territórios é o debate étnico-racial, ainda muito incipiente, mas que vem conquistando um lugar muito importante junto ao coletivo.

Sentimos que cada vez mais temos perguntas a fazer do que respostas a dar para as situações-limites que surgem no cotidiano do trabalho de educação popular, entendemos esse processo de debate e questionamentos como fundamentais para a construção coletiva das respostas esperadas ou de novas perguntas que contribuam para alcançarmos o objetivo de construirmos uma sociedade sem explorados e oprimidos.

Terceiro Texto: Desenvolvimento Territorial ***Texto da FGV***

Para iniciar as discussões sobre o tema, procurou-se conceituar os termos território e desenvolvimento. São variadas as concepções de desenvolvimento, de forma que para conseguir dialogar com todas as possibilidades de entendimento do termo são necessárias muitas investigações científicas. Utilizou-se como elemento disparador da discussão um artigo denominado "Sobre a necessidade de uma Teoria Aberta do Desenvolvimento Sócio-Espacial (1996)" de Marcelo Lopes de Souza.

Ele inicia definindo a idéia de desenvolvimento como um valor social, isto é, algo entendido como positivo pela sociedade que o embasa e perseguido pela sua ação cotidiana. Entretanto ressalva, que essa configuração ocorre a partir "(...) o solo cultural onde a idéia de desenvolvimento se enraiza é, por excelência, a modernidade, que por sua vez é uma cria dessa entidade histórico-geográfica chamada Ocidente".

Dessa forma, assim como a idéia de progresso, o desenvolvimento assume a centralidade da ação humana na modernidade. Estar contra o desenvolvimento é estar contra a civilização capitalista-ocidental que se estruturou em torno destes ideais. Uma das principais consequências deste paradigma é o crescente poder de controle sobre a natureza, a capacidade do homem de se utilizar e modificar as dinâmicas naturais para seu interesse.

Tal entendimento contribuiu para que surgisse o que ele classifica como o "mito do desenvolvimento", que é a grande narrativa histórica que se ocupa do nosso tempo. Mito, no sentido de ser um discurso que cria concepções simbólicas estruturantes do pensamento moderno, assumindo como verdadeiros dogmas e paradigmas.

Entretanto, muitos autores, buscaram denunciar as facetas negativas que surgiram deste entendimento, como Castoriadis, Habermas, Latouche, Esteva, Giddens. Suas principais contribuições foram desvelar as consequências nefastas para a sociedade que vêm a rebote em nome do desenvolvimento.

É importante citar o fato que apesar do desenvolvimento ser tipicamente relacionado ao capitalismo liberal e desenfreado, também sua essência (enquanto motor da narrativa humana) está profundamente presente na ideologia comunista leninista-marxista. Trata-se de apenas de uma relação diferente com o desenvolvimento, mas ambos os discursos são orientados em nome da "evolução das forças produtivas".

Portanto, além de entender esta construção social da idéia de desenvolvimento é preciso definir "opções" diferentes, outras positivities que possam assumir o lugar que este possui no imaginário ocidental, em fim, outro discurso histórico. Esta idéia é que se enquadra no que ele define como teoria aberta, isto é, a própria definição do que é desenvolvimento já é por si uma das causas deste ser um elemento homogeneizante das culturas, que cultiva os valores sociais ligados à modernidade ocidental em detrimento de outros valores sociais.

Ele constrói um elo entre o entendimento de desenvolvimento pautado por um princípio norteador, a autonomia. Deste modo ele aproxima se aproxima da autodeterminação dos processos sociais. Ele propõe que "propicia uma base de respeito ao direito de cada coletividade de estabelecer, segundo as particularidades de sua cultura, o conteúdo concreto (sempre mutável) do desenvolvimento: as prioridades, os meios, as estratégias. O recurso ao princípio de autonomia mostra ser possível uma concepção efetivamente antiteleológica do desenvolvimento".

Assim se aproxima da concepção da Economia Solidária de propor novas formas de produção, que existe sob uma forma endógena, a partir da possibilidade discursiva da população envolvida. Essa definição ajuda a compreender uma das premissas que é utilizada nos processos de desenvolvimento territorial, isto é, a forma como ela se dará, sob qual égide serão propostas as ações de desenvolvimento.

Entretanto, falta agora, uma definição de escala deste processo. Uma vez definida como iremos entender o desenvolvimento, falta definir quem serão os agentes. Como iremos definir a população definida, os agentes que serão a base do projeto de desenvolvimento definido.

Deste modo, o conceito de território e a adjetivação do desenvolvimento enquanto territorial é o que define um aspecto relevante deste processo, a sua escala de aplicação. Conforme define Raffestin (1983), toda relação de poder desempenhada por um sujeito no espaço produz um território. As relações de poder aqui entendidas são as que resultam de processos de influência, dominação ou apropriação de um espaço por um sujeito humano. São entendidos enquanto sujeitos, uma família, um grupo, uma coletividade local, um estado nacional, uma empresa ou uma autoridade supranacional, etc.

A medida que estes coletivos se relacionam, produzem o processo de territorialização, uma disputa permanente e dinâmica pelos territórios. Entende-se aqui que o território, conforme Fernandes (2005) possui duas dimensões internas e indissociáveis: a dimensão material e a dimensão imaterial. Sendo que a primeira é correspondida pela área do território, os objetos que o compõem e que são apropriados, dominados ou influenciados pelo sujeito territorial. Já a segunda, corresponde as ideologias, os discursos, as manifestações culturais, as representações simbólicas e outras formas de imprimir o poder de forma latente, não direta. Com isto podemos considerar que tão importante quanto à concepção mais usual de território, que fica ligado geralmente à uma área de domínio de um sujeito, também o é suas relações imateriais que dão a base em que este território é sustentado. Tomemos por exemplo um estado-nação, que tem seu território limitado por uma área e uma manifestação de força para legitimá-la. Mas também possui seus aspectos e discursos nacionalistas que dão legitimidade e (re)criam o discurso nacional que mantém sua área sob seu domínio.

Isto é importante para entender o território de ação da proposta de desenvolvimento territorial. Muito mais do que uma definição externa e objetiva das áreas a serem definidas enquanto um território deve-se buscar quais os aspectos materiais e imateriais que estão presentes. Este nunca é um processo arbitrário, como são definidos muitas vezes os territórios em programas práticos, tanto governamentais ou não, e sim um aspecto que se descobre na realidade prática dos sujeitos.

Concluindo, entende-se então que a definição de desenvolvimento adotada é aquela que privilegia e parte do princípio orientador da autonomia dos sujeitos envolvidos para definir suas próprias intencionalidades e diretrizes do desenvolvimento. E para definição da população a ser engajada no processo, é preciso mapear as territorialidades, os processos e ações que criam o território, de modo a embasar uma proposta que tenha como área, um território, enquanto algo sob a égide da apropriação, domínio ou influência de um coletivo, que manifesta suas relações de poder naquele espaço.

Referências bibliográficas

RAFFESTIN, C. Por Uma Geografia Do Poder. São Paulo:Ática, 1993.

SOUZA, M. L. Sobre A Necessidade De Uma “Teoria Aberta” Do Desenvolvimento Sócio-Espacial. Ufrj: Revista Território, 1996

Parte 3. Políticas públicas para a Economia Solidária

Cabe a Economia Solidária em um projeto de Estado? Essa é a reivindicação de trabalhadores, movimento social e gestores públicos quando demandam a formulação de legislação e programas voltados para a Economia Solidária no Brasil. As discussões realizadas no projeto mostraram que política pública vai além da aprovação de leis. A regulamentação, com dotação orçamentária, são essenciais para o Estado efetivamente reconheça a Economia Solidária. Outro ponto fundamental está na construção conjunta Estado/sociedade civil das políticas públicas.

O **primeiro texto**, de Danilo Malta Ferreira, abre essa terceira parte com a perspectiva de retomar uma leitura de referências bibliográficas sobre políticas públicas que permitam compreender seus alcances e limites. Na sequência o **segundo texto** redigido pela INCOP da UNESP de Assis retrata a construção de políticas públicas para as cooperativas de catadores de materiais recicláveis a partir da luta do Movimento Nacional de Catadores.

Primeiro Texto: Texto disparador de Políticas Públicas **Por Danilo Malta Ferreira**

Avançaremos, com o presente texto, para o tema “Políticas Públicas” dentro dos estudos realizados pelo comitê gestor do projeto Articulação de ITCPs em preparação para o IV Seminário do projeto que tem como temas, além deste, Gestão do Trabalho e Desenvolvimento Territorial. Abordaremos as discussões conceituais e teóricas além das análises realizadas de experiências reais de Políticas Públicas de Economia Solidária.

Existem atualmente inúmeros municípios e estados com programas de governos e leis de Economia Solidária. Na esfera federal existe um projeto de lei de Economia Solidária de iniciativa popular e um projeto de lei de Finanças Solidárias. Pode-se dizer que são políticas públicas de Economia Solidária? Veremos que existe um processo de construção de uma política pública, superando o senso comum de que política pública se reduz a ação estatal como leis ou programas de governos. Ao compreender leis e programas de governo como uma das fases de uma política pública se torna pertinente a reflexão sobre o processo de constituição destes. Como uma lei de Economia Solidária de uma esfera qualquer se torna lei? Qual o processo? Quais atores sociais participam e como participam?

Políticas Públicas: o que são? Como se constrói?

Inicialmente se faz necessário partimos de um ponto comum e a questão “O que são Políticas Públicas?” parece ser apropriada para isto. Giovanni (2009) inicia seu texto “As Estruturas Elementares das Políticas Públicas” demonstrando insatisfação com os modelos existentes de análise de Políticas Públicas. Quais modelos seriam estes? O autor não cita nenhuma referência. No entanto, Souza (2007) em “Estado da Arte da Pesquisa em Políticas Públicas” apresenta a definição de Políticas Públicas de alguns autores.

“Mead (1995) define como campo dentro do estudo da política que analisa o governo a luz de grandes questões públicas; Lynn (1980) como um conjunto de ações do governo que irão produzir efeitos específicos; Peters (1986) como soma das atividades dos governos, que agem diretamente ou por delegação, e que influenciam a vida dos cidadãos; Dye (1984) como o que o governo escolhe fazer ou não fazer; Laswell afirma que decisões e análise sobre políticas públicas implicam em responder às seguintes questões: quem ganha o quê, por quê e que diferença faz; Lowi(2004) define como regra formulada por alguma autoridade governamental que expressa uma intenção de influenciar, alterar, regular o comportamento individual ou coletivo através do uso de sanções positivas ou negativas.” (SOUZA, 2007, p.68)

Nas definições apresentadas por Souza o governo é o protagonista da política pública, exceto na definição de Laswell em que não é possível destacar algum ator central. Para Giovanni (2009) política pública não é apenas a intervenção do Estado, mas forma contemporânea de exercício do poder nas sociedades democráticas. O autor defende que se trata de um processo de interação complexa entre Estado e Sociedade e que desta interação se define a pauta das políticas públicas, ou seja, os conteúdos, formas, meios da atuação do Estado. E por que não também pensar na definição da atuação da sociedade civil?

A contribuição deste autor parece superar o senso comum de que Política Pública se resume a leis ou programas de governos ou como algo do escopo apenas da administração pública. Caminhando em direção a uma forma de administração cada vez mais democrática, o estado brasileiro passou ao longo do século XX por diferentes paradigmas de administração pública, a saber: Patrimonial, Burocrática, Gerencial e Societal. Tanto o paradigma da administração pública patrimonial quanto à burocrática tem centralidade na ação social que é condicionada pela dominação. O paradigma gerencial pertencente ao ideário dos governos de Margareth Thatcher e de Ronald Reagan, baseado na cultura do empreendedorismo em que há foco na garantia do controle, na eficiência e na competitividade máxima. Somente a partir do paradigma societal é que se inicia a implantação de um projeto político que busca ampliar a participação social na definição da agenda política¹.

Retomando os modelos de análise de Políticas Públicas que Giovanni critica, Frey (1997) corrobora ao afirmar, se referindo particularmente ao Brasil, que é preciso uma adequação do instrumental para análise de políticas públicas levando em conta as peculiares desta sociedade em desenvolvimento.

Giovanni apresenta uma forma de estruturação de Políticas Públicas em que defende a importância da observação histórica das políticas, identificando nestas além de elementos invariantes, relações entre estes elementos que sejam indissolúveis e orgânicos. A estas relações o autor dá o nome de estruturas elementares de uma Política Pública e elenca quatro tipos destas:

1. Estrutura Formal: composta por Teoria, práticas e resultados;
2. Estrutura Substantiva: composta por atores, interesses e regras;
3. Estrutura Material: composta por financiamento, suportes e custos;
4. Estrutura Simbólica: composta por valores, saberes e linguagens.

Este é apenas um exemplo de como pode se estruturar uma Política Pública. O autor afirma que ao apresentar estes tipos não se esgota outras possibilidades de identificação. Também salienta que o uso desta proposta não se faz apenas por justaposição das informações de cada estrutura, mas também pelas relações de mútuas interferências entre elas. Outra forma, de acordo com Frey (1997) é analisar a inter-relação entre as instituições políticas (polity), o processo político (politics) e o conteúdo de políticas (policy). São três termos de diferente grafia em inglês que em português costuma causar confusão por ser utilizado apenas o termo política.

Este autor ainda apresenta categorias para as policys: policy network, policy arena e policy cycle. A Policy Network se refere as interações das diferentes instituições e grupos tanto do estado quanto da sociedade civil na concepção e implementação de um policy. A policy arena se refere aos processos de conflito e consenso dentro das diversas áreas de uma política. Como indagado no início deste texto, resta aprofundarmos no processo de construção de uma Política Pública. Em relação a isto, Frey apresenta a categoria de policy cycle em que distingue as seguintes fases: a) percepção e definição de problemas; b) inserção na agenda; c) elaboração de programas e de decisão; d) implementação de políticas; e) avaliação e; f) eventual correção da ação.

A percepção de que um fato é um problema político pode emergir da sociedade civil ou de políticos. No entanto necessita ser considerado por quem governa como

¹ Sobre paradigmas de administração pública ver Bresser-Pereira (2001) e Paes de Paula (2005).

problema de relevância e ser inserido na agenda política ao invés de excluído ou adiado. Na fase de elaboração de programas e de decisão se escolhe a melhor entre diversas possibilidades de ação, seguida da implementação, avaliação e eventual correção.

Políticas Públicas de Economia Solidária

França-Filho 2006, afirma que as políticas públicas de Economia Solidária apresentam ausência de reconhecimento institucional, caráter recente, diversidade de concepções e até certo modismo dentro de administrações públicas no país. No entanto o autor defende que para este tipo de política pública ocorre um avanço de política de emprego para política de geração de trabalho e renda, apontando para novas formas de relações de trabalho e enfatizando a garantia de direitos.

Duas concepções desta política ilustram a diversidade de concepções: a concepção insercional-competitiva e a concepção sustentável-solidária. A primeira voltada para qualificação profissional para aumento da competitividade e organização da economia informação para inserção no mercado formal. A segunda focada na construção de uma estratégia territorial que fomente outra dinâmica econômica para fortalecimento de circuitos sócio-produtivos locais integrados.

França-Filho ainda evidencia 3 vocações destas políticas públicas: 1) Dimensão articuladora intergovernamental e intercomunitária; 2) Vocação indutiva de desenvolvimento e 3) Política de organização da sociedade.

Papel do Estado, limites das Políticas Públicas atuais e Comercialização na EcoSol

É recente a atuação ou a interação da sociedade civil no processo de construção de políticas públicas, no entanto é interessante refletir se apenas a sociedade civil, sem a atuação do estado é capaz de viabilizar iniciativas como a Economia Solidária. Esta discussão foi realizada no comitê gestor do projeto Articulação de ITCPs e é apresentada na sequência.

Existem comunidades como as zapatistas em que há autonomia em relação ao Estado, porém estas possuem suas próprias regras, estão armadas e necessitam de acordos com o Estado. Um movimento como o da Economia Solidária tem condições de se organizar e propor projetos de lei de iniciativa popular e lutar por sua implementação. No entanto sabe-se de casos como o da PL 865² em que, apesar de toda a mobilização do movimento aconteceu uma decisão “de cima para baixo”.

A capacidade de mobilização e articulação não consegue garantir demandas do movimento frente ao Estado que armado para a não participação, existe uma hierarquia de poder, acoplada a uma burocratização. O Estado tem o poder de controlar a (não) participação. Percebe-se que para entrar na disputa dentro do terreno da burocracia estatal é necessário ter poder, alterando a rota estratégica, acreditando na educação,

2 O PL 865 propunha a alteração da Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, cria a Secretaria da Micro e Pequena Empresa, cria cargo de Ministro de Estado e cargos em comissão, e dá outras providências. Com a medida o Conselho Nacional de Economia Solidária e a Secretaria Nacional de Economia Solidária seria transferida para a Secretaria de Micro e Pequena Empresa.

ensinando o sentido da participação desde a infância. Aliado a isto é importante politizar e gerar a participação popular para pressão política dos adultos. Os movimentos populares têm agido nesse sentido, de maneira organizada, lutando por vias alternativas aos mecanismos legais: ocupações, manifestações. Mas ainda assim, são iniciativas limitadas à força do Estado (tropa de choque).

Como exemplo de participação, a Nicarágua possui um Estado bem parecido com o Brasil, porém com cultura de participação efetiva. Existe uma legitimidade que vem da aceitação da população em relação ao que o Estado irá propor. Caso o Estado proponha algo de que a população discorde, ela irá questionar e reivindicar aquilo que de fato lhe atende.

Voltando ao caso brasileiro e ainda questionando se o Estado é um ou o problema: A concepção de mundo que muitos integrantes de movimentos sociais (e entre eles o da Economia Solidária) têm hoje é resultado de uma construção histórica, que contou com muito estudo e esforço, seja individual ou coletivo, ao contrário de muitos gestores que estão no poder. Sabe-se que a posição defendida por muitos professores de esquerda é que se devam compor cargos de gestores públicos de pessoas oriundas dos movimentos sociais. Mas será que devemos entrar nessa disputa?

Existem exemplos como este, no entanto, muitas pessoas estão na disputa por ações, não por políticas que possuam um projeto societário maior. Disputar ações e não ter clareza do projeto político em que estas estão inseridas enfraquece a construção deste.

Algo consensual é que para uma intervenção social a longo prazo o Estado é necessário para garantia de, por exemplo, recursos e normatização. É ele quem vai criar mecanismos para viabilizar as diversas iniciativas de Economia Solidária. E neste sentido qual seria a melhor estratégia para o Estado investir na Economia Solidária?

Tomando como exemplo a comercialização, gargalo para vários EES, a organização de uma feira seria uma boa estratégia? Sabe-se que existem casos em que feiras representam para uma comunidade a retomada de um espaço público, gerando articulação política, proporcionando espaços de formação e maior interação comunitária. Neste sentido surgem inúmeras questões como: qual a melhor região para instalar uma feira ou espaço fixo de comercialização? Qual o objetivo desse espaço? É para articulação local, territorial ou articulação com outros EES? Quais são os produtos que serão vendidos; esses produtos garantem a viabilidade do mercado e do grupo?

Frente a estas questões e outras inúmeras que facilmente se derivam destas percebe-se que muitas vezes discute-se problemas e não possibilidades de soluções via proposição de políticas públicas de estado que garantam a resolução dos problemas. Neste caso, por exemplo, o que é necessário pensar em meios para que o Estado garanta um espaço de comercialização, seja ele qual for.

Outras questões pertinentes são: de que forma uma Política Pública pode ter participação popular efetiva? Quais as condições necessárias e quais os limites desta participação? Estas questões não foram aprofundadas na discussão. Apenas foram feitas considerações como: “Para o governo a política participativa serve quando lhe convém” e “Em uma democracia representativa o gestor não abre espaço para participação”.

Além de toda discussão realizada por este coletivo, iniciou-se um processo de contribuição com as políticas públicas de Economia Solidária existentes. Propostas como a construção de diretrizes para um política pública de comercialização solidária e de avaliação da Programa Estadual de Fomento à Economia Popular Solidária no Estado de

São Paulo (Lei nº 14.651 de 15 de dezembro de 2011) surgiram, iniciando pela avaliação do Programa.

Referências Bibliográficas

BRESSER-PEREIRA, L. C. G. Do Estado Patrimonial ao Gerencial. In Pinheiro, Wilhelm e Sachs (orgs.), **Brasil: Um Século de Transformações**. S.Paulo: Cia. das Letras, 2001: 222-259.

FRANÇA FILHO, G. C. (Org.) et al. **Ação pública e economia solidária: uma perspectiva internacional**. Salvador: EDUFBA; Editora da UFRGS, 2006. 326 p. (Série Sociedade e Solidariedade). ISBN 85-7025-859-3.

FREY, K. Políticas Públicas: Um Debate Conceitual e Reflexões Referentes à Prática da Análise de Políticas Públicas no Brasil. In: **Planejamento e Políticas Públicas – PPP/IPEA**, nº21, 2000

GIOVANNI, G. As estruturas elementares das políticas públicas. Núcleo de Estudos em Políticas Públicas – NEPP/UNICAMP, Cadernos de Pesquisa nº822009

PAES DE PAULA, A. P. Administração pública brasileira entre o gerencialismo e a gestão social. In: **RAE - Revista de administração de empresas - Debate**. Vol. 45, nº1, Jan/Mar de 2005. ISSN 2178-938X

SOUZA, C. Estado da Arte da Pesquisa em Políticas Públicas. In: Hochman, G. et al. (Org.) **Políticas Públicas no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2007.

**Segundo Texto: Políticas Públicas e o Movimento Nacional de Catadores
de Materiais Recicláveis – MNCR
Texto da UNESP/Assis**

Introdução

O processo de organização do segmento de catadores de materiais recicláveis, que anteriormente atuavam de maneira informal e isolada, em associações ou cooperativas é um fenômeno cada vez mais presente nas pequenas, médias e principalmente grandes cidades do país. Esse movimento se intensificou substancialmente nas últimas décadas, principalmente por contar com o envolvimento de outros atores sociais com essa categoria, como por exemplo: universidades, representadas principalmente pelas Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares – ITCPs; sindicatos; segmentos da igreja católica como a Mitra Diocesana e a Pastoral de Rua; ONGs; outras entidades religiosas; iniciativa privada e a própria administração pública.

Esse movimento se sustenta mais na possibilidade de geração de trabalho e renda, para pessoas que se encontram em situação de vulnerabilidade social, do que propriamente em uma consciência coletiva de sustentabilidade e preocupação com o meio ambiente (Dias, 2007). Além disso, os catadores de materiais recicláveis ainda se deparam em maior ou menor grau, dependendo do contexto político, histórico e social de cada localidade, com situações como condições de trabalho desumanas, exploração dos intermediários da reciclagem, preconceito da população local e falta de incentivo e apoio do poder público.

No entanto, em uma análise da conjuntura atual, esse fenômeno pode ser também interpretado como produto da convergência de processos de mobilização social dos catadores de recicláveis com a implementação de um conjunto de Políticas Públicas, de forte cunho social, elaboradas tanto no âmbito da administração pública federal quanto estadual e também municipal.

O presente texto tem como objetivo promover uma reflexão, a partir do acúmulo e experiência em assessoria e acompanhamento de grupos formais de Catadores de Materiais Recicláveis da Região Oeste Paulista, e em decorrência desse trabalho, da estreita aproximação com o Movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis – MNCR, sobre alguns fatores que contribuíram ou culminaram com a notoriedade do movimento e, conseqüentemente, com a elaboração destas Políticas Públicas.

A complexidade e dimensão de todo o processo de formulação e implementação desse conjunto de Políticas Públicas de reconhecimento e caráter inclusivo de catadores, não nos permite, em uma análise superficial, a pretensão de traçarmos uma linha histórica que identifique cronologicamente a ordem desses fatores. Nosso propósito é de refletir sobre alguns destes que identificamos como determinantes para esse processo.

1. Políticas Públicas

Compreendemos Política Pública como resultado de um processo de interação complexa entre Estado e Sociedade, dessa forma, consequência de disputas entre atores distintos, em que pese o fato de que as decisões tomadas são elaboradas por pessoas ou grupos, os quais possuam valores, interesses, opções e modos diversos de enxergar o

mundo. Conjunto de ações coletivas voltadas para a garantia dos direitos sociais, configurando um compromisso público que visa dar conta de determinada demanda, em diversas áreas. Expressa a transformação daquilo que é do âmbito privado em ações coletivas no espaço público.

Para que seja efetivamente pública, deve garantir a participação da sociedade organizada no processo de definição das pautas destas políticas. A inserção da participação popular na gestão pública é uma conquista da sociedade civil, um instrumento e uma expressão de democracia e de cidadania. Por meio do controle social a sociedade organizada tem a capacidade de intervir nas políticas públicas, interagindo com o Estado na definição de prioridades e na elaboração desses planos de ação do município, estado ou do governo federal.

2. Surgimento do MNCR

A organização e articulação dos catadores por meio da constituição do Movimento Nacional dos Catadores de Matérias Recicláveis – MNCR foi um dos principais aspectos que contribuíram para a formulação de Políticas Públicas para atender as demandas da categoria. Desde a década de 50 pelo menos, no Brasil, é conhecido o trabalho de catação, ou o trabalho cotidiano de pessoas que saem às ruas, para, por meio da coleta seletiva dos resíduos sólidos garantirem seu próprio sustento, bem como o sustento de sua família.

Entretanto foi apenas em julho de 2001 que o MNCR foi fundado, durante o I Congresso Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis realizado em Brasília (DF), evento que reuniu mais de 1.700 catadores (MNCR, 2005). Durante o congresso foi elaborada a Carta de Brasília: “Pelo fim dos lixões: reciclagem feita pelos catadores: já!”, um documento, que ainda hoje, possui as principais diretrizes e reivindicações do MNCR. Nessa carta, os catadores definiram três grandes eixos reivindicatórios: propostas de ações do MNCR em relação ao Poder Executivo, à cadeia produtiva da reciclagem e à cidadania dos moradores de rua.

Antes mesmo da realização do Congresso, os catadores já organizavam e impulsionavam a luta por direitos em diversas regiões do Brasil, como por exemplo, o 1º Encontro Nacional de Catadores de Papel, realizado em Belo Horizonte, MG, em novembro de 1999. A articulação destas diversas frentes por um mesmo objetivo tornou possível a organização do movimento em âmbito nacional.

Logo após o 1º Congresso, contudo, a periodicidade dos encontros entre os militantes dos diversos estados aumentou sensivelmente e passou a ser anual. Atualmente o MNCR agrega mais de 300.000 catadores, do universo de aproximadamente 600.000 catadores em todo o território nacional e não só: atualmente o intercâmbio do MNCR ultrapassa os limites territoriais geográficos brasileiros e consolida parcerias com países da América Latina como, por exemplo, a Federação Ecológica de Cartoneros e Recicladores, na Argentina.

3. Articulação Internacional

Como continuidade do processo de articulação e da realização dos encontros, o novo congresso de Janeiro de 2003, em Caxias do Sul, Rio Grande do Sul, trouxe uma

proposta inovadora: a participação de catadores organizados do Uruguai e Argentina, no que ficou conhecido como I Congresso Latino-Americano de Catadores, evidenciando a força de arranjo entre os movimentos na América do Sul.

Seguindo o modelo do I Congresso de 2001, durante o Congresso Latino-Americano em Caxias do Sul, os catadores elaboraram o documento que ficou conhecido como Carta de Caxias do Sul, a qual explicita, por meio de uma consciência histórica, não apenas a identidade social dessa categoria, como também define reivindicações e diretrizes para a colaboração entre governo, cidades e coletivos (DA SILVA, 2006).

Essas ações se dariam por meio do trabalho em favor de uma maior integração das comunidades com as organizações de catadores através de políticas e programas de educação ambiental, com o objetivo de alcançar a cooperação da população na separação e entrega dos recicláveis, no controle das ações dos governos, na valorização do trabalho dos catadores e na participação em Fóruns de Gestão das políticas públicas.

Em 2005, a realização do II Congresso Latino-Americano de Catadores, ocorrido em São Leopoldo, Rio Grande do Sul, do qual participaram 1050 catadores, conseguiu ampliar a articulação de catadores dos países sul-americanos, contando com a participação de representantes da Argentina, Uruguai, Chile e Colômbia.

Ao final desse encontro, como forma de fortalecer a articulação dos catadores no território sul-americano, definiu-se um pacto de resgate dos objetivos do I Congresso ainda não alcançados. Durante esse evento, ficou estabelecido também que a luta pela visibilidade do trabalho de catação era uma luta solidária, mesmo quando não contemplava reivindicações similares possuía ideais convergentes de inserção e inclusão social e que os catadores deveriam aprofundar a solidariedade com as lutas e organizações de outros movimentos sociais na América do Sul.

4. CBO

Uma conquista fundamental para o reconhecimento e valorização dos catadores, veio com a instituição da portaria 397 de 09 de outubro de 2002, que aprovou a Classificação Brasileira de Ocupações – CBO, definindo a ocupação do catador de materiais como categoria profissional. A Classificação Brasileira de Ocupações é o órgão que nomeia e descreve as ocupações do mercado de trabalho brasileiro. No Brasil há cerca de 3 mil ocupações e dezoito mil títulos sinônimos nomeados pela CBO.

Essa definição teve uma dimensão estratégica importante, principalmente na medida em que, tal reconhecimento, resultou no fortalecimento da identidade catador e, conseqüentemente, na possibilidade de integração das políticas públicas do Ministério do Trabalho e Emprego, sobretudo no que concerne aos programas de qualificação profissional e recolhimento da contribuição previdenciária.

Para além destas questões, a definição formal da atividade como ocupação, restitui o reconhecimento do catador enquanto ator protagonista no processo produtivo de reciclagem dos materiais, uma vez que aponta o catador como o agente que coleta, separa, prepara, processa e comercializa os materiais ao mesmo tempo em que desenvolve outras ações como a de agentes ambientais por meio da divulgação, sensibilização e conscientização do trabalho de reciclagem.

Cabe ressaltar ainda que, todo o processo de regulamentação da categoria profissional de catador de materiais recicláveis, pelo Ministério do Trabalho e Emprego,

contou com a valiosa contribuição de uma equipe técnica formada por catadores de materiais recicláveis. Essas parcerias acabaram tecendo novas constituições e, por conseguinte, novas formas de regulação de uma profissão, que até então, não era reconhecida pelas regras gerais como trabalho ou ocupação.

5. Comitê Interministerial

Em Setembro de 2003, por meio de um decreto, o presidente da república criou o Comitê Interministerial de Inclusão dos Catadores de Lixo (com representantes da Casa Civil, Ministério da Educação, Ministério da Saúde, Ministério da Ciência e Tecnologia, Ministério do Meio Ambiente, Ministério das Cidades entre outros).

Essa ação institucional do governo federal, ainda conseqüência da regulamentação da profissão de catador, para além do reconhecimento da importância do papel que o catador ocupa na cadeia de reciclagem no Brasil, representou também uma importante conquista pública do MNCR.

A articulação de ministérios para a promoção da inclusão dos Catadores de Matérias Recicláveis, por meio da criação do Comitê Interministerial, resultou em uma parceria com o BNDES para a realização do processo de capacitação de aproximadamente 700 lideranças de catadores, dos quais alguns compuseram a Comissão Nacional do MNCR, parte integrante deste Comitê.

Esse processo de capacitação, realizado pela Organização de Auxílio Fraternal – OAF, culminou também na estabilização da Secretaria Nacional do MNCR, instalada em São Paulo. A consolidação e fortalecimento do MNCR, por meio das ações do Comitê Interministerial, proporcionou, nos últimos anos, a orientação para a aplicação de recursos provenientes de diversos programas federais à organização e capacitação de catadores.

O fortalecimento da organização dos catadores contribuiu para desencadeamento da articulação política do movimento. Ações como a criação de Fóruns Lixo & Cidadania, por exemplo, potencializaram a possibilidade de ampliação de conquistas a esse segmento e de solidificação do movimento social de catadores de recicláveis.

O posicionamento político de valorizar a participação do catador, enquanto protagonista no processo de tratamento dos resíduos sólidos, representou o rompimento de uma abordagem exclusivamente tecnicista, administrativa e econômica da gestão do lixo, no caminho de um posicionamento mais amplo, principalmente porque comprometido com o aspecto social, (DE PAULA 2005).

6. PNRS

A instituição da Política Nacional de Resíduos Sólidos - PNRS, sancionada pelo Presidente Lula em 02 de agosto de 2010, não apenas marcou o final de mais de 08 anos de disputa para a aprovação da Lei, como significou também um avanço histórico em termos do reconhecimento do direito ao trabalho dos catadores, à medida que suas diretrizes ofereceram os subsídios legais necessários para assegurar o resguardo às legislações estaduais e municipais específicas para a inclusão de catadores em projetos de coleta seletiva (DA SILVA, 2006).

Ainda que alguns Estados já houvessem instituído a suas Políticas de Resíduos Sólidos, por meio de Leis anteriores à PNRS, como nos casos de São Paulo e Rio Grande do Sul, a Política Nacional estabeleceu diversos requisitos de caráter geral extremamente importantes, em especial o estabelecimento de diretrizes para os serviços de manejo dos resíduos sólidos referentes à inserção social de catadores de materiais recicláveis, bem como do anteparo legal à celebração de convênios e contratos entre a administração pública e associações e cooperativas de catadores.

Para os Catadores, a instituição da PNRS representou a possibilidade de concretização das reivindicações contidas na Carta de Brasília, em 2001, como por exemplo, a erradicação dos lixões em todo o país, assegurando recursos públicos para a transferência das famílias que vivem neles e financiamento para que possam ser implantados projetos de geração de renda a partir da coleta seletiva, ou ainda a inclusão dos Catadores no Plano Nacional de Qualificação Profissional, priorizando sua preparação técnica nas áreas de gestão de empreendimentos sociais, educação ambiental, coleta seletiva e recursos tecnológicos de destinação final.

Essas reivindicações marcam claramente o posicionamento político que a categoria assume, em direção à superação de uma condição de discriminação do trabalho por meio do reconhecimento de sua função social, enquanto protagonista no processo de reciclagem, ao executarem uma tarefa imprescindível e que poucos aceitariam realizar.

7. Discurso Sócio-Ambiental

Apoiado pelo forte apelo popular que o discurso sócio-ambiental vem obtendo, principalmente nos últimos anos com os recorrentes debates sobre a capacidade de carga do meio ambiente, o exercício da catação deixa a qualidade de problema para alcançar status de recurso sócio-ambientalmente adequado no processo de manejo dos resíduos sólidos.

Esse desdobramento tem, cada vez mais, conferido legitimidade às demandas do MNCR, especialmente porque os catadores têm conseguido explorar muito bem a articulação entre as questões ambientais com as de cunho social. Assim, os catadores estão sendo convocados a estabelecer parcerias com setores da administração pública e da sociedade civil, em direção à expansão de suas ações sob uma perspectiva da preservação ambiental, (Dias, 2007).

Isso porque o problema do lixo, indicado como um dos problemas ambientais mais severos, ocupou espaço de destaque a ponto de desencadear a formulação de técnicas de gerenciamento integrantes de uma Pedagogia/Educação Ambiental.

Ainda que tais práticas educativas concebam a reciclagem do lixo uma atividade-fim, ao invés de considerá-la um tema-gerador para o questionamento das causas e consequências da questão do lixo, (LAYRARGUES, 2002), proporcionam a re-significação do papel essencial e fundamental dos catadores, não só para a limpeza pública, como para a preservação da natureza e dos recursos naturais.

Conclusões

Esses aspectos apontados anteriormente compõem, conjuntamente com outros tantos não mencionados, todo um cenário que culminou com a notoriedade do MNCR e, conseqüentemente, com a elaboração de Políticas Públicas de atendimento aos interesses do movimento.

Na composição deste cenário está, de um lado, o processo sócio-organizativo do movimento de Catadores, segmento social tradicionalmente resistente à organização, de outro lado, todo o processo de surgimento, no Brasil, de novas formas de participação política e de experiências de que buscam resignificar a participação política para além do direito de votar e de ser votado, (DA SILVA, 2006).

Alguns destes aspectos apontados são eles próprios, considerados Políticas Públicas, assim nesse processo complexo e dialético entre o desenvolvimento do MNCR e a formulação destas políticas o que se destaca é a existência de uma relação de complementaridade entre o crescimento sócio-organizativo dos catadores e o surgimento dessas novas instâncias de formulação de políticas públicas.

Atualmente é inegável que há uma tendência, no setor do manejo de resíduos sólidos, à produção de políticas públicas de caráter inclusivo dos catadores de materiais recicláveis. Há um grande investimento de energia por parte de vários espaços institucionais, tanto do campo da sociedade civil como também das instâncias governamentais, sobretudo as de orientação progressista, na elaboração de políticas e ações para promover a organização, fortalecimento e articulação de Associação e Cooperativas de Catadores, (DIAS 2007).

Entretanto, vale ressaltar ainda que todos esses esforços e tendências estão longe de se consolidarem e de se materializarem em experiências duradouras e sustentáveis. Para tanto, os catadores precisam conquistar também a implementação de um programa de gestão participativa de governação, que incorpore de fato, as decisões dos principais atores envolvidos na gestão dos resíduos, no caso dos recicláveis, os próprios catadores.

Pois, apenas assim, a gestão dos resíduos sólidos, que institucionalmente é de responsabilidade do governo, poderá passar a ser compartilhada com o segmento dos catadores organizados em cooperativas ou associações, possibilitando a remuneração da categoria pelo valioso serviço prestado aos municípios e à população.

Referências Bibliográficas

DIAS, S. M. Do Lixo à Cidadania – Catadores: Problema Social à Questão Sócio-Ambiental. In: **Anais do II Seminário Nacional Movimentos Sociais, Participação e Democracia**. UFSC, 2007.

LAYRARGUES, P. P. O Cinismo Da Reciclagem: o significado ideológico da reciclagem da lata de alumínio e suas implicações para a educação ambiental In: **Educação ambiental: repensando o espaço da cidadania**. São Paulo: Cortez. 2002.

MNCR. **Programa de Formação do Movimento Nacional de Catadores**. Acesso em: 2008. Disponível em: <http://www.mnccr.org.br>

PAULA, A. P. P. **Administração Pública Brasileira Entre o Gerencialismo e a Gestão Social**. Era-Debate 2005.

SILVA, R. B. O Movimento Nacional Dos Catadores De Materiais Recicláveis: Atores, Governança, Regulação E Questões Emergentes No Cenário Brasileiro. In: **Revista Internacional Interdisciplinar Interthesis**. V3, n2, Florianópolis, julho/dezembro 2006.

Parte 4. Interfaces: caminhos possíveis para a efetivação da Economia Solidária

Discutir isoladamente cada um dos três temas elencados para o quarto ciclo de formação do projeto de Articulação de ITCPs estava aquém dos anseios da equipe gestora do projeto. À medida em que avançamos na discussão nos dávamos conta que num projeto de construção sólida da Economia Solidária é imprescindível compreender que ligações podem existir entre a autogestão, o desenvolvimento territorial e as políticas públicas. Dois textos tentam, cada um ao seu modo, dar conta dessas relações. O **primeiro texto**, de autoria da equipe do NuMI EcoSol UFSCar, relata o processo de formação em cada um dos temas e os avanços que a equipe percebeu na compreensão das próprias experiências acumuladas ao longo do tempo. O **segundo texto**, redigido pela ITCP da USP, retrata duas experiências na relação entre a ITCP e o gestor público municipal em projeto com foco territorial.

**Primeiro texto: Avanços na Conceituação Coletiva dos Termos Autogestão,
Desenvolvimento Territorial e Políticas Públicas no NuMI EcoSol/UFSCar**
*Por Danilo Malta Ferreira,
Patrícia Guarany Cunha Santos e
Tatiane Marina Pinto de Godoy*

Apresentação

O texto que apresentamos como resultado do processo de formação interna da equipe do NuMI EcoSol (Núcleo Multidisciplinar e Integrado de Estudos, Formação e Intervenção em Economia Solidária, sucessor da Incubadora Regional de Cooperativas Populares da Universidade Federal de São Carlos) procura expressar e analisar as discussões que se realizaram a partir dos três temas principais do quarto ciclo de estudos que culminou com o IV Seminário de Articulação de ITCPs “Autogestão, Desenvolvimento Territorial e Políticas Públicas de Economia Solidária” realizado em junho de 2012 com a coordenação do NuMI EcoSol.

Esse quarto ciclo de estudos foi organizado pela equipe do NuMI EcoSol e teve duas frentes de ação: a formação do comitê gestor do projeto integrado pelas cinco incubadoras executoras do projeto e a formação da equipe interna do NuMI EcoSol. Nesse texto nos focaremos no processo interno de formação da equipe do NuMI EcoSol.

Dividido em três partes principais, o texto apresenta no seu primeiro momento uma contextualização sobre o histórico de discussão desses temas na INCOOP UFSCar anterior a realização dos estudos dessa quarta formação, no segundo momento um relato das oficinas realizadas junto à equipe interna e, no terceiro momento, uma análise da contribuição desse ciclo de estudos para as discussões no NuMI EcoSol.

É preciso esclarecer que a INCOOP UFSCar é sucedida pelo NuMI EcoSol em agosto de 2011. Por isso, em alguns momentos o texto apresenta ainda essa denominação para o período em que era essa a institucionalidade da equipe.

1. Acúmulo da INCOOP UFSCar nos temas anteriores ao projeto Articulação ITCPs

Esta primeira parte contempla o acúmulo de discussão que a INCOOP/UFSCar (hoje NuMI-EcoSol) apresentava até o início do ciclo de formações nos temas Gestão do Trabalho, Desenvolvimento Territorial e Políticas Públicas.

De 1998 até 2006 a centralidade da atuação da INCOOP/UFSCar foi a incubação de empreendimentos econômicos solidários (EES) em diferentes territórios. Assim, a INCOOP/UFSCar contribuiu para criação e consolidação de EESs em diferentes cadeias produtivas, atuando em diferentes municípios e realizando articulação com diversos parceiros. A partir de um balanço crítico realizado no início de 2007, a INCOOP assumiu como forma de atuação preferencial, a atenção a territórios definidos a partir de empreendimentos assessorados e que apresentavam um potencial de ampliação e consolidação na Economia Solidária. A INCOOP/UFSCar passa a atuar em dois territórios (um urbano e outro rural) com a perspectiva de promover o desenvolvimento territorial de ambos.

Naquele momento foi elaborado um projeto da modalidade de Programa de Política Públicas da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) intitulado “Proposição de diretrizes para políticas públicas em Economia Solidária como condição para desenvolvimento de território urbano: caso Jardins Gonzaga e Monte Carlo

– São Carlos – SP”. Este projeto pautou os temas de Desenvolvimento Territorial e Políticas Públicas na INCOOP/UFSCar, que vinha aprofundando estes de forma sistemática, por meio de oficinas preparadas por alguns de seus membros.

Diferentemente, o tema de Gestão do Trabalho não foi estudado por meio de oficinas e estudos, mas de alguma forma vinha sendo aprofundando, como relatado a seguir.

1.1 Gestão do Trabalho

Diferente dos outros dois temas, este não foi foco de estudos sistematizados seja por oficinas ou encontros formativos, pelo coletivo da INCOOP/UFSCar. No entanto, este é um tema que aparece com frequência no dia-a-dia de trabalho, sobretudo porque a autogestão foi escolhida como forma preferencial de gestão das atividades internas da equipe. Entendendo esta forma de gestão como sendo questionadora de outras formas convencionais, hoje, a equipe do NuMI EcoSol vem aumentando sua compreensão sobre ela, na tentativa de seu exercício cotidiano.

A INCOOP/UFSCar iniciou o oferecimento semestral, tanto para a comunidade acadêmica, como para a comunidade externa, de uma disciplina chamada ACIEPE (Atividades Curricular de Integração Ensino, Pesquisa e Extensão) sobre Cooperativas Populares e Economia Solidária. Atualmente, o NuMI EcoSol continua oferecendo essa disciplina. Por meio de diversas atividades como encontros, oficinas, visita de campo etc., os discentes têm a possibilidade de aumentar o conhecimento sobre os diversos temas de interesse do NuMI EcoSol. Esta atividade também é uma oportunidade para que os temas sejam aprofundados pela equipe que tem o papel de fomentar as discussões.

No encontro da ACIEPE sobre Economia Solidária e Capitalismo é construído um quadro em que são comparados estes dois conceitos a partir de diversos aspectos. A dinâmica proposta para o preenchimento de tal quadro é a seguinte: O membro da equipe responsável por este encontro apresenta os aspectos e os participantes apontam as características dos dois conceitos referentes a cada aspecto. Um dos aspectos é a forma de gestão. Os participantes do encontro sinalizam que no Capitalismo ocorre a Heterogestão e que na Economia Solidária se busca a Autogestão. Já a co-gestão é identificada como forma de gestão intermediária.

Na assessoria aos EESs, a INCOOP/UFSCar elaborou ao longo dos anos um método de incubação próprio onde entende o “incubar” como assessorar grupos para formação de empreendimentos econômicos solidários, *por meio da oferta de subsídios e de acompanhamento do processo de tomada de decisão e implementação de atividades, com participação dos responsáveis pela incubação em todas as etapas do trabalho, incluindo avaliação de resultados, por meio de relações dialógicas.* (Método de incubação do NuMI).

Este método de incubação é composto atualmente por 24 classes de comportamento, sendo uma delas “Promover formação contínua e permanente de todos os membros do grupo para autogestão”. Ou seja, no processo de assessoria aos grupos incubados o tema de gestão do trabalho é pautado na perspectiva da autogestão.

1.2 Desenvolvimento Territorial

O acúmulo do tema Desenvolvimento Territorial vem sendo adquirido a partir da experiência na execução de ações, desde 2007, que visam à formação de redes e cadeias produtivas entre empreendimentos incubados num território foco, definido a partir de estudos prévios sobre as possibilidades de tal estratégia para a consolidação das iniciativas de Economia Solidária. Além da formação de redes e cadeias, a estratégia de desenvolvimento territorial traçada pela INCOOP/UFSCar estabeleceu metas relacionadas ao acesso aos direitos de cidadania pela população moradora do território.

A INCOOP/UFSCar realizou até 2007 ações em diversos municípios, focadas nos processos de incubação de EESs. Percebeu-se a partir de então que:

“um novo elemento que, em princípio, não recebera muita atenção das teorias que foram desenvolvidas a partir do questionamento do conceito de desenvolvimento, é a situação geográfica em que se dão os processos de desenvolvimento. Levando em consideração que o espaço é um componente fundamental nas ciências econômicas e sociais, e que é no “lugar” que a vida se desenvolve em todas as suas dimensões, a espacialização ou territorialização do desenvolvimento passa, assim, a ter, segundo Boisier (1999), centralidade na discussão.” (Projeto FAPESP, 2008)

O espaço e o território como categorias de análise passaram a ter centralidade na estratégia de atuação da INCOOP/UFSCar que começou, a partir de então, considerar a pertinência de articulação de políticas setoriais, como saúde, educação, habitação e saneamento ambiental, com ênfase na geração de renda por meio de trabalho coletivo e de práticas de cooperação. Entrou em consideração o território, os atores sociais, os mercados, as cadeias produtivas, os fluxos, as políticas públicas, etc., e foi incorporado o debate sobre o Desenvolvimento Territorial, a sustentabilidade com dimensões além da econômica: social, cultural, política-institucional, ambiental e espacial.

A INCOOP/UFSCar passou a adotar como estratégia o fomento ao protagonismo dos EESs existentes para criação de novos EESs e outras iniciativas de Economia Solidária. Outra estratégia adotada foi a de fomento a consolidação de cadeias produtivas solidárias.

Foram realizados em 2010 dois seminários internos para avaliação da estratégia geral de atuação da INCOOP/UFSCar. Também foram realizadas duas oficinas sobre o tema, uma em 2011 e outra em 2012, esta última já contendo discussões e fazendo parte da formação do projeto Articulação ITCPs.

Uma mudança de estratégia importante ocorreu durante o primeiro seminário interno, onde percebeu-se que a fragilidade dos EESs existentes dificultaria o protagonismo destes no fomento à criação de novos EESs e que não era estratégico para o momento continuar apostando na consolidação de cadeias produtivas, e sim, na consolidação dos EESs existentes. Apenas para a atividade econômica de serviços de limpeza continuou-se com a estratégia de consolidação da cadeia produtiva devido a realidade mais fortalecida de seus EESs.

Passou a ter centralidade na estratégia de Desenvolvimento Territorial as iniciativas de Finanças Solidárias como forma de consolidar os EESs e outras iniciativas de Economia Solidária. Em 2012 foi inaugurado o Banco Comunitário Nascente no território de atuação, que conta com recursos que estão sendo administrados pela própria

comunidade.

1.3 Política Pública

A proposição de diretrizes de políticas públicas em Economia Solidária foi um dos produtos esperados do projeto submetido a FAPESP relacionado ao Programa de Políticas Públicas. Na justificativa do projeto enviado foi identificada uma demanda por formulação e implementação de Políticas Públicas, bem como de uma discussão teórico-metodológica.

Pelo fato de Políticas Públicas ser um dos temas centrais deste projeto, e a partir de então tema central de atuação da INCOOP/UFSCar, foram realizadas duas formações (oficinas) para aprofundamento no tema por parte da equipe, uma em 2011 e outra em 2012. Apesar do projeto financiado pela FAPESP ter terminado em 2011 o NuMI EcoSol prossegue, hoje, com o tema do desenvolvimento territorial e das políticas públicas como uma das linhas de ação da equipe.

Nas duas oficinas sequenciais realizadas sobre o tema em 2011 e em 2012. Nestas foram elencados alguns pontos de entendimento comum sobre o que é Política Pública e em seguida o que são Políticas Públicas de Economia Solidária. Então, naquele momento o coletivo da INCOOP UFSCar entendia Políticas Públicas como sendo: 1) formas variadas de ação (leis, programas, outros); 2) que envolvem processos complexos e que não tem foco apenas no produto; 3) que buscam contemplar objetivos em longo prazo; 4) congregam anseios de coletivos organizados e disputa recursos públicos e; 5) serve de ponto de partida para ação do Estado.

Quanto a Política Pública de Economia Solidária tinha-se o entendimento de que são aquelas Políticas Públicas que beneficiam, de modo direto ou indireto, a Economia Solidária, de modo a: a) favorecer circuitos sócio produtivos locais integrados ao tecido das relações sociais, políticas e culturais de um lugar; promovendo a reorganização de suas economias territoriais com o aumento do nível de produtividade dos EESs pautados nos princípios da Economia Solidária (uso racional dos recursos naturais e valorização modo de vida local); b) minimizar ou eliminar as mediações de subordinação da Economia Solidária à economia capitalista.

Quanto às diretrizes de Políticas Públicas, que foram sinalizadas com produto final do projeto FAPESP, foi elaborado um documento contendo tais diretrizes que indicam: 1) Necessidade de acesso a espaços físicos para implantação de EESs; 2) Fomento e consolidação da comercialização de produtos e serviços; 3) Consolidação de Marco Legal e fomento a legalização de EES; 4) Articulação entre agentes e políticas relacionadas; 5) Aumento do acesso ao crédito e iniciativas de finanças solidárias por parte dos membros de EES; 6) Aumento de condições diversas de infraestrutura urbana de suporte aos EES e iniciativas solidárias; 7) Aumento de condições para formação contínua, permanente e abrangente em Ecosol; 8) Fomento ao pleno acesso a direitos de cidadania e; 9) Aumento a condições de acesso a informação.

2. Processo de formação no NuMI EcoSol

A equipe UFSCar, responsável pela execução do projeto Articulação de ITCPs,

organizou um conjunto de estudos para os temas do quarto ciclo de formação. Além disso, foram redigidos quatro textos disparadores dos temas. Esses textos introduziram as discussões acerca dos referenciais teóricos e conceituais. As formações ocorreram em duas frentes: no comitê gestor do projeto e na equipe interna do NuMI EcoSol.

As formações no comitê gestor do projeto, integrado pelas equipes das cinco incubadoras, ocorreram em quatro momentos. Foi feito um estudo para cada um dos três temas, os quais foram inicialmente identificados como “planejamento e gestão participativa”, “desenvolvimento territorial” e “políticas públicas” e, por fim, um estudo que buscou relacionar os conteúdos e sentidos de cada um dos temas.

Como já foi dito na primeira parte desse texto, a equipe do NuMI EcoSol já possuía um histórico sistematizado de discussão de parte desses temas. Particularmente no que se referia ao desenvolvimento territorial e às políticas públicas tínhamos um conjunto de experiências e de textos produzidos oriundos de um projeto desenvolvido em quatro anos (e ainda em execução) em um território urbano de São Carlos, com o objetivo de criar estratégias de desenvolvimento territorial por meio de iniciativas de Economia Solidária e propor diretrizes de políticas públicas a serem implementadas pelo gestor público municipal.

Essas experiências haviam conduzido a equipe do NuMI EcoSol a realizar uma série de formações sobre os temas centrais desse projeto, financiado pela Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado de São Paulo e pelo PRONINC (Programa Nacional de Incubadoras).

A partir desse contexto tínhamos dois desafios no processo de formação: elaborar uma formação para o comitê gestor que conseguisse dar os elementos mínimos necessários para realizar suas formações internas e levantar suas experiências e; elaborar uma formação para a equipe interna no NuMI EcoSol que avançasse nos temas já discutidos em oficinas anteriores a execução desse projeto.

Nesse texto trataremos particularmente da formação da equipe interna do NuMI EcoSol que aconteceram em quatro encontros:

2.1 Formação em gestão do trabalho:

Iniciamos nossos estudos internos para o quarto ciclo de formação com o tema inicialmente denominado por “planejamento e gestão participativa”. Esse tema foi definido durante a redação do projeto Articulação ITCPs e vinculado à discussão sobre desenvolvimento territorial e políticas públicas no agrupamento de temas a serem discutidos pelo seminário organizado pela equipe do NuMI Ecosol.

Iniciado os estudos preparatórios da formação, com a busca das origens conceituais de cada um dos temas, foi constatado que o termo gestão participativa era uma forma de gestão do trabalho, entre outras, e que para entendermos as condições em que o trabalho é gerido na Economia Solidária precisaríamos compará-las. Dessa forma, o estudo se pautou por tentar estabelecer paralelos entre quatro formas principais de gestão do trabalho: heterogestão, co-gestão, gestão participativa e autogestão.

A partir da construção coletiva de um quadro referencial iniciamos a formação sobre os conceitos relacionados à gestão do trabalho (autogestão, gestão participativa, co-gestão e heterogestão) com a discussão sobre a situação tanto no NuMI EcoSol quanto nos empreendimentos incubados.

Os estudos a partir de referências bibliográficas e das próprias experiências vivenciadas pelos integrantes do NuMI EcoSol nas oficinas esclareceram alguns equívocos que o senso comum provoca quando se fala, principalmente, de gestão participativa. A condução dos estudos acabou por mostrar que, se a autogestão não é plenamente exercida nos empreendimentos e, mesmo internamente na equipe do NuMI EcoSol, a gestão participativa não é a opção política de gestão do trabalho na economia solidária. O estudo da sua origem mostrou que ela está muito aquém das transformações pretendidas pela Economia Solidária no mundo do trabalho.

A operacionalização da autogestão é um desafio tanto para empreendimentos quanto para o NuMI. Mas ela ainda é o modelo antagônico praticado pelas empresas capitalistas por meio da heterogestão. O engodo da co-gestão também foi esclarecido nessa formação. Como uma maneira de tornar menos patente a hierarquia nas relações de trabalho, a co-gestão cria uma estrutura de representação que ainda deixa distante o trabalhador de todas as decisões da empresa.

2.2 Formação em Desenvolvimento Territorial

A formação em desenvolvimento territorial para a equipe interna do NuMI Ecosol deu sequência a uma oficina realizada em 2011 no âmbito do projeto desenvolvido pela incubadora no território urbano do Gonzaga. Como a equipe já tinha acúmulo na discussão sobre as estratégias de desenvolvimento territorial com foco na Economia Solidária por meio da formação de redes e cadeias produtivas de empreendimentos, aliada ao acesso aos direitos de cidadania, a formação preparada no âmbito dos estudos do projeto Articulação ITCPs focou a discussão conceitual acerca das diferenças entre desenvolvimento local e desenvolvimento territorial. Para tanto partiu-se da discussão sobre desenvolvimento e seus modelos endógeno e exógeno. Também foi abordado como embasamento para discussão a produção do desenvolvimento geográfico desigual como condição das desigualdades territoriais. Na busca por relacionar a formação do projeto Articulação ITCPs com as ações desenvolvidas pelo projeto de desenvolvimento territorial do NuMI EcoSol, foram realizadas perguntas durante a oficina: Como o NuMI EcoSol entende o papel dos EESs no desenvolvimento territorial? Os EESs incubados se veem como articuladores de outro modelo de desenvolvimento no território onde atuam? De que forma isso acontece?

Com a discussão surgiu uma nova questão: Como a Universidade, enquanto ator externo a um determinado território, pode atuar de modo a garantir que o desenvolvimento endógeno aconteça de fato, ou seja, a partir do protagonismo dos atores locais? No entender geral essa discussão deveria resultar em conceitos e parâmetros para a orientação do NuMI EcoSol e a produção científica para consulta e divulgação. Tornar os moradores do território protagonistas do desenvolvimento é que deve pautar as ações da universidade. Tendo a Economia Solidária como estratégia de desenvolvimento territorial, a tarefa do NuMI EcoSol é possibilitar que os trabalhadores do EESs se articulem para consolidar as atividades econômicas que desenvolvem com ações aliadas as outras esferas da vida social coletiva.

2.3 Formação em Políticas Públicas

Assim como a formação em desenvolvimento territorial, a realização de oficinas sobre o tema das políticas públicas deu sequência aos estudos anteriores realizados no âmbito do projeto de desenvolvimento territorial promovido pelo NuMI EcoSol. Com o objetivo de entender o alcance das políticas públicas de Economia Solidária, seja nas questões que se referem a sua proposição, aprovação e execução.

Para compreender o percurso de proposição de uma política pública foi, então, organizada uma oficina sobre o funcionamento do Estado no Brasil. Entender as diferenças entre os três poderes no Brasil (Executivo, Legislativo e Judiciário), assim como a hierarquia das leis foi o objetivo da oficina oferecida pelo advogado Rafael Moya.

A partir dessa oficina compreendeu-se que as políticas públicas podem ser de governo ou de Estado. Aquelas que são de governo não tem continuidade garantida com a mudança de gestão. Elas não estão ratificadas como lei. As políticas de Estado tem continuidade garantida pela aprovação em lei.

Contudo, a aprovação de uma lei não é garantia de sua execução. Em geral, as leis são amplas e devem ser regulamentadas. É a partir dessa regulamentação que se define o fomento e a instância executora. Políticas públicas que tomaram a forma de lei podem perder a efetividade quando o Estado não garante recursos para sua execução.

Para que uma lei em vigor ainda não regulamentada, possa ser efetivada, qualquer cidadão pode recorrer ao Ministério Público. Lista de abaixo-assinado com cópia para a Assembleia Legislativa, exemplos de estados federativos que já regulamentaram suas políticas públicas de Economia Solidária e outras formas de pressão popular são caminhos para que leis, como a de n.14.651/2011 do Programa Estadual de Fomento a Economia Solidária do Estado de São Paulo, já aprovadas, mas não regulamentadas, exerçam de fato sua função social.

3. O projeto Articulação de ITCP's e as contribuições para o NuMI Ecosol

Este 4º Ciclo de Formações do Projeto Articulação, coordenado pela equipe interna do projeto Articulação no NuMI EcoSol, trouxe importantes avanços conceituais.

Buscando aprofundar o debate sobre os três temas propostos, desenvolvendo um entendimento das relações que podem ser estabelecidas entre eles, iniciamos a quarta formação com a proposta de pensar de que maneira a participação na tomada de decisões nos empreendimentos econômicos solidários (EES) pode fomentar a participação de forma mais ampla nas decisões de uma comunidade contribuindo para o seu desenvolvimento.

Na tentativa de estudar os temas "planejamento e gestão participativa", "desenvolvimento territorial" e "políticas públicas", relacionados à Economia Solidária, encontramos incontáveis materiais que apresentam análises de relatos de experiências e estudos de casos. Entretanto, nos deparamos com escassas publicações que tratam do conceito dos temas abordados, sendo esta, uma das primeiras questões identificadas em nossos estudos de maneira geral.

3.1 As diferentes formas de gestão do trabalho: autogestão, heterogestão, co-gestão e gestão participativa.

Durante o processo de estudos direcionados, pudemos identificar em que medida as diferentes formas de gestão do trabalho se assemelham e/ou se diferem, tendo como base o debate sobre qual se aplica melhor aos princípios e anseios da Economia Solidária. Por esta razão, optamos por substituir o tema inicial “planejamento e gestão participativa”, por “gestão do trabalho”, tema mais abrangente.

Os conceitos de "heterogestão" e "autogestão" mostraram-se conhecidos anteriormente pela equipe do NuMI EcoSol como conceitos opostos: o primeiro diretamente relacionado à forma de gestão em empresas com base no sistema capitalista, e o segundo diretamente relacionado à forma de gestão em empreendimentos que atuam pautados nas diretrizes da Economia Solidária.

Ao indagarmos a equipe sobre a forma de gestão interna de incubadoras de cooperativas populares, em especial a gestão do NuMI EcoSol, a equipe mostrou-se dividida entre diferentes tipos de gestão, principalmente "autogestão" e "gestão participativa". Tal indefinição pautou-se, entre outras razões, pelo não conhecimento específico do conceito de outras formas de gestão, como "gestão participativa" e "co-gestão", pois apesar de ser reconhecida a diferença entre cada um, são desconhecidas as especificidades.

Com vistas ao aprofundamento conceitual, essencial para a nossa atuação coerente com a proposta da Economia Solidária no dia a dia e com os EES, buscamos as definições de "gestão participativa" e "co-gestão".

Depois de esclarecidas as diferenciações entre as quatro formas de gestão nos momentos de formação, a equipe do NuMI EcoSol constatou que os grupos apoiados fazem autogestão, gestão participativa, co-gestão, e também uma interface entre essas diferentes formas de gestão, não se caracterizando exatamente em nenhuma das três possibilidades apresentadas, mas sim com elementos de cada uma delas.

Com relação à gestão realizada internamente pelo NuMI EcoSol, a equipe verificou que há elementos da autogestão, como a tomada de decisões compartilhada, na maioria das vezes. No entanto, também agrega elementos da co-gestão e da gestão participativa, assim como identificado nos grupos assessorados.

Como finalização deste tema, a equipe do NuMI EcoSol, concluiu que a maioria dos grupos que atuam com base na Economia Solidária não realiza autogestão, pois para chegar à autogestão há um caminho de desconstrução do que se aprende durante anos enquanto gestão do trabalho inserido no sistema capitalista. Porém, os grupos vivenciam a Economia Solidária em sua rotina com vistas a atingir um trabalho autogestionário.

A equipe considera necessário que incubadoras atuem da forma como propõe para os EESs, sendo, portanto, modelo de atuação para os EESs.

3.2 Desenvolvimento territorial e desenvolvimento local.

Embora já trabalhássemos com projetos envolvendo a temática de desenvolvimento territorial, durante o processo de estudos do projeto Articulação foi possível estabelecer com maior clareza a diferença entre os conceitos de

desenvolvimento territorial e desenvolvimento local, a partir das pesquisas de Godoy (2012).

Entre a equipe do NuMI EcoSol o uso do termo “desenvolvimento territorial” provém do projeto realizado pela incubadora desde 2008, sob título “Proposição de diretrizes para políticas públicas em Economia Solidária como condição para desenvolvimento de território urbano: caso Jardins Gonzaga e Monte Carlo – São Carlos – SP”. No entanto, verificamos que a maioria dos membros da equipe não obtinha conhecimento conceitual do termo “territorial”. Entre os EESs assessorados pelo NuMI EcoSol, o debate sobre os conceitos “territorial” e “local” não foi realizado sendo, portanto, ambos utilizados pelos trabalhadores.

Um caso emblemático neste sentido foi o do Banco Comunitário Nascente, assessorado pelo NuMI EcoSol. O banco comunitário apareceu como estratégia fundamental para o processo de desenvolvimento territorial a partir do projeto explicitado acima. Entretanto, seus trabalhadores, na fase de sensibilização e mapeamento da comunidade, eram chamados de “Agentes de Desenvolvimento Local”. Neste caso, territorial e local apareceram como sinônimos.

A discussão conceitual da diferença entre desenvolvimento territorial e desenvolvimento local buscou pautar a raiz histórica dos termos. Embora não seja consenso na equipe interna do NuMI EcoSol, essa diferença se traduz no projeto político que a Economia Solidária pode agregar a sua discussão sobre modelo de desenvolvimento. Os estudos e experiências de desenvolvimento local mostram que esse não é um modelo que se diferencia das características do capitalismo. Mesmo tendo como protagonistas os moradores de um dado território (entendido como uma categoria espacial que representa o vínculo de identidade entre o sujeito e o local onde vive), o desenvolvimento local se pauta pela competição entre diferentes locais: cooperar para competir. Significa desenvolver para se integrar ao padrão capitalista de desenvolvimento.

A estratégia de desenvolvimento local surgiu historicamente para desenvolver regiões pobres e integrá-las na competição que se estabeleceu de forma mais intensa com a globalização.

A proposta de desenvolvimento territorial não significa apenas que esteja em jogo uma troca de palavras. O que se enfatiza é o conteúdo que pode ser agregado a esse termo. Aliar os princípios da Economia Solidária, que são de cooperação e não de competição, possibilita que se pense numa escala de desenvolvimento que seja próxima do sujeito do território, mas que não implique em entrar numa competição global por atração de recursos que enriqueçam um território em detrimento do empobrecimento de outro. A diferença entre os termos local e territorial que se agregam a palavra desenvolvimento vai além de um conceito geográfico ou de um preciosismo academicista. Trata-se da defesa de um modelo de desenvolvimento que de fato corresponda aos princípios da Economia Solidária.

3.3 Políticas públicas de Economia Solidária e na Economia Solidária

Para os estudos e formação nesta temática buscamos compreender, inicialmente, qual a diferença entre políticas de governo e políticas de Estado, superando, desta forma, o senso comum de que política pública se reduz a ação estatal como leis ou programas de governos.

Neste contexto, a equipe do NuMI EcoSol teve a possibilidade de discutir o caso da

Cooperlimp¹ (Cooperativa de Limpeza do Jardim Gonzaga, São Carlos, que teve suas atividades encerradas por conta de um termo de ajustamento de conduta aplicado pelo Ministério Público do Trabalho), compreendendo passo a passo, juridicamente, de que maneira a cooperativa foi sendo impedida de realizar suas atividades. Para a equipe, este momento formativo foi fundamental para identificar alguns mecanismos de atuação do Estado e, sobretudo, para a compreensão daquele momento histórico pelo qual o NuMi Ecosol passou, junto à Cooperlimp.

Em decorrência desta oficina sobre o papel do Estado, tivemos um momento formativo específico sobre o caso da Cooperlimp com o membro da equipe do NuMI EcoSol que acompanhou todo processo, complementando o primeiro momento formativo, ocasionando maior envolvimento e integração entre a equipe.

Na interface entre os três temas concluiu-se que as políticas públicas de Estado e de governo são fundamentais para o desenvolvimento de um território. No entanto, mostra-se necessária a força da ação da população atuando de acordo com a legislação, e assim legitimando as ações do Estado. Não há um caminho único a ser seguido para o desenvolvimento de um território; políticas públicas, ações individuais e ações comunitárias andam juntas no processo de transformação social e de um território.

Conclusões

Os temas trabalhados no 4º Ciclo de Formação têm sido bastante discutidos pelo movimento de Economia Solidária, sendo que o de Desenvolvimento Territorial é mais recente. É possível encontrar diversos textos que tratam da Autogestão e de Políticas Públicas relacionadas à Economia Solidária. No entanto, o mesmo não se pode afirmar em relação a textos que integrem as três temáticas, o que pode ser considerado uma inovação.

A integração destes temas pode se dar por diferentes caminhos e a partir de diferentes aspectos, mas a forma que foi pensada durante o ciclo de formação foi centrada no aspecto da participação e das contribuições da atuação coletiva.

Isto se amplia para a esfera da comunidade, em que o trabalhador pode passar a trabalhar e a participar também das decisões do território em que reside, contribuindo para o Desenvolvimento Territorial. Este trabalhador pode começar também a demandar Políticas Públicas que venham a contribuir para as questões de seu lugar de moradia, quando compreende que este é um dos caminhos que necessitam ser percorridos para uma efetiva transformação em sua comunidade.

Referências Bibliográficas

AMARO, R. R. Desenvolvimento Local. In: HESPANHA, P. et al. **Dicionário internacional da outra economia**. Coimbra: Almedina/CES, 2009.

¹ A Cooperlimp era uma das cooperativas protagonistas no projeto de desenvolvimento territorial da INCOOP/UFSCar. Estudos sobre as razões e consequências do impedimento do seu funcionamento foram publicados em diversos meios de comunicação acadêmica.

BRASIL. **Documento Final da I CONAES**. A Economia Solidária como estratégia e política de desenvolvimento, 2006.

CATTANI, A. D. & HOLZMANN, L. **Dicionário de Trabalho e Tecnologia**. Porto Alegre: Ed, da UFRGS, 2006.

FARAH, M. F. S. Parcerias, novos arranjos institucionais e Políticas Públicas Locais. In: **Revista de administração pública**. 2001

FARIA J. H. Formas de Gestão e Organização: Proposta de um modelo de Análise. In: FARIA J. H. **A Gestão Participativa: Relações de Poder e de Trabalho nas Organizações**. São Paulo: Atlas, 2009.

FRANÇA-FILHO, G. C. Políticas Públicas de Economia Solidária no Brasil: características, desafios e vocação. In: FRANÇA FILHO, G. C. (Org.) et al. **Ação pública e Economia Solidária: uma perspectiva internacional**. Ed. UFRGS, 2006. 326 p. (Série Sociedade e Solidariedade). ISBN 85-7025-859-3.

GIOVANNI, G. **As estruturas elementares das Políticas Públicas**. Caderno de Pesquisa N° 82, Núcleo de Estudos em Políticas Públicas – NEPP, Unicamp, Campinas, 2009.

GODOY, T. M. P. de. **Economia Solidária e Desenvolvimento Territorial: Contribuição para Formulação de Políticas públicas através do estudo das condições e dos obstáculos para a reprodução de iniciativas solidárias desenvolvidas pela INCOOP UFSCar nos Jardins Gonzaga e Monte Carlo em São Carlos**. Relatório de Pesquisa. Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo, 2012.

HELLWIG, Beatriz C. & CARRION, Rosinha M. **A participação no processo decisório: um estudo na Economia Solidária**. Revista de Gestão USP, São Paulo, v. 14, n. 4, p. 1-14, outubro/dezembro 2000.

MARTINS, P. H. Poder político, ação pública local e Economia Solidária. In: FRANÇA FILHO, G. C. et al (org.). **Ação Pública e Economia Solidária: uma perspectiva internacional**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2006. 326 p. (Série Sociedade e Solidariedade). ISBN 85-7025-859-3.

SANTOS, M. **A natureza do espaço: Técnica e tempo**. Razão e emoção. 4ª Ed. São Paulo: Edusp, 2006. Capítulo 5. Da diversificação da natureza a divisão territorial do trabalho. PP. 129-141.

Segundo Texto: Políticas Públicas, Desenvolvimento Territorial e Gestão Participativa
Texto da ITCP/USP

Apresentação

Para a escrita do presente texto, entrevistamos ex-formadores e ex-formadoras da ITCP-USP que trabalharam e trabalham em projetos que tiveram e tem, entre seus objetivos, o desenvolvimento territorial e local e a articulação para políticas públicas. Além disso, contamos com os relatos e as reflexões da apresentação do Estado da Arte do GEPEM¹ Agroalimentares/Zona Oeste da ITCP-USP.

Assim, buscamos identificar quais foram as estratégias de atuação da incubadora nos diferentes projetos e momentos históricos, considerando a influência nessas estratégias dos diferentes contextos políticos, além da própria estrutura da incubadora. Percebemos que, quando se trata de uma atuação que envolve o desenvolvimento territorial ou a disputa por políticas públicas, existem fatores externos que ora nos limitam, ora nos ajudam, como a orientação do governo ou o nível de articulação política prévia da região na qual a incubadora atua.

Programa Oportunidade Solidária – Zona Sul da cidade de São Paulo

No período inicial (1998-2001), a incubadora trabalhava com pessoas e grupos diversos em comunidades com alta vulnerabilidade social, não sendo necessariamente grupos previamente organizados, interessados em cooperativismo ou vinculados à algum movimento social. Isso trouxe a necessidade de elaboração de uma metodologia de trabalho que incluía desde à sensibilização para a Economia Solidária, passando pela formação de uma identidade de grupo, escolha de uma atividade econômica, até a gestão dos empreendimentos.

A localização dos grupos incubados nesse primeiro período foi se diversificando e variou conforme o contexto de articulações que a incubadora estabeleceu, sem haver um critério claro, o que acarretou uma forte intensificação das atividades que se expandiram para além do município e se articularam em outras cidades do estado de São Paulo. Aos poucos, percebeu-se que essa forma expansiva de atuar dificultava a elaboração de um trabalho de maior profundidade junto aos grupos. Não era possível contornar as dificuldades, principalmente relacionadas à viabilidade econômica dos EES's. Ainda assim, via-se que os cooperados e trabalhadores dos grupos adquiriam um ganho pessoal enorme na construção da própria cidadania e era isso o que preservava o sentido da atuação da incubadora.

Ainda com uma atuação expansiva, a incubadora realizou, em 2001, duas parcerias com prefeituras municipais. A primeira, com a prefeitura de Guarulhos, participando como uma das entidades que realizaram um curso de formação que integrava a capacitação profissional para a construção civil, a formação em autogestão para o cooperativismo e a formação educacional para a cidadania. A segunda foi a participação no Programa Oportunidade Solidária, implementado pela Prefeitura Municipal de São Paulo, durante a gestão da ex-prefeita Marta Suplicy.

¹ Grupo de Estudo, Extensão e Pesquisa Multidisciplinar

O Oportunidade Solidária representou um divisor de águas para a ITCP-USP no que diz respeito à sua maneira de atuar, principalmente porque foi dessa experiência que surgiram as discussões relacionadas à perspectiva de atuação orientada para o desenvolvimento local e a formação de redes de EES's.

Criada pelo professor de Economia da UNICAMP, Marcio Pochman, o programa foi construído sob uma estrutura que previa 3 blocos programáticos:

1. Redistribuição de renda
2. Programas emancipatórios
3. Reorganização do mercado de trabalho e articulação de arranjos políticos-institucionais que pudessem dinamizar a economia local e criar oportunidades de geração de trabalho e renda

Para os programas redistributivos de renda, os beneficiários recebiam uma bolsa de auxílio e participavam de quatro ciclos de formações implementados pelas IPI's (Instituições Parceiras Incubadoras), sendo a ITCP-USP uma delas. Os quatro ciclos eram:

1. Sensibilização - formação e cidadania, re-inserção da auto-estima
2. Pré-incubação - despertar o espírito empreendedor e a cultura solidária; construir projetos de geração de ocupação e renda; capacitação para autogestão organizativa e socioeconômica; plano de negócio
3. Incubação - estimular e assessorar os empreendimentos e auxiliar na busca de fontes de financiamentos
4. Pós-incubação - apoio técnico das IPI's, sem prazo para terminar

Numa tentativa de criar uma metodologia de gestão participativa, o programa dispôs de um espaço de coordenação, chamado Grupo de Trabalho (GT) - composto pela coordenação do Oportunidade Solidária e pela coordenação de cada instituição parceira. Além desse GT, haviam ainda três Comissões Temáticas, compostas pelos responsáveis de cada IPI, onde discutiam-se as metodologias das ações de cada tema específico que formava a comissão. Eram esses: Relações Humanas e Saúde do Trabalho; Organização e gestão; Produto-Mercado-Comercialização. Esses espaços de participação, apesar da disparidade de poderes entre os gestores públicos das prefeituras e os coordenadores dos projetos das IPI's, foram fundamentais para que as metas do projeto pudessem se remodelar minimamente ao longo de sua execução, no sentido de aproximar as exigências das possibilidades de atuação em cada contexto e da realidade em que se inseriam as ações. Isso só era possível através desse espaço onde as pessoas que estavam em campo executando o projeto, no caso representadas nas figuras dos coordenadores das IPI's, traziam as demandas concretas da atuação para os gestores públicos das secretarias envolvidas.

O programa foi implementado por toda a extensão do município, de modo que cada entidade participante ficou incumbida de atuar numa área da cidade. A ITCP-USP atuou nos bairros do Jardim Ângela, Capão Redondo e Campo Limpo, todos na Zona Sul de São Paulo.

A forma de seleção dos beneficiários, vinculada ao recebimento da bolsa auxílio, trouxe alguns entraves para o processo. Nos primeiros meses, o recurso da bolsa ficou

travado na prefeitura, o que gerou a desconfiança, por parte dos beneficiários, de que a incubadora segurava o recurso. Além disso, percebia-se que a maioria dos beneficiários frequentava o curso apenas porque essa era uma condição fundamental para o recebimento do auxílio. Por outro lado, em alguns casos, era esse auxílio que permitia que alguns interessados pudessem participar, liberando-os da necessidade de trabalhar. Essas duas motivações conviviam contraditoriamente nos espaços de formação e, em algumas situações, acabou criando grupos artificiais.

De toda a forma, com seus méritos e imperfeições, o Programa foi um dos momentos mais intensos da incubadora. Chegou-se a acompanhar cerca de 60 grupos simultaneamente. Havia grupos de alimentação, costura, jardinagem, cuidadoras de idosos, cabeleireiros, entre várias outras atividades, todos na Zona Sul de São Paulo. O coletivo chegou a ser composto por uma equipe de 70 formadores e, mesmo nesse período, o esforço para praticar a autogestão internamente era constante, porém o trabalho externo demandava muito mais tempo e cuidado e, nesse contexto, não havia como ser diferente. Muitas decisões haviam de ser tomadas pelos coordenadores, que cuidavam para que as pautas de decisão coletiva fossem bem selecionadas de modo a não atravancar o andamento dos processos.

Com o término do módulo de Pós-Incubação do Programa, houve uma quebra brusca no trabalho realizado pelas instituições junto aos grupos. No caso daqueles acompanhados pela ITCP-USP, apenas 16 conseguiram manter-se diante desse impacto. A incubadora decidiu continuar acompanhando-os mesmo sem financiamento. A resistência dos grupos em condições econômicas bastante limitadas, trouxe o entendimento da necessidade da criação de uma articulação entre os EES's, como forma de aumentar as possibilidades estratégicas para geração de renda com maior autonomia no território em que estavam inseridos.

Nesse momento, o movimento de auto-crítica da concepção de trabalho da incubadora procurou atender-se para dois pontos chave dessa atuação. O primeiro deles, no que se referia à ausência de uma estratégia de atuação com foco territorial. O segundo, naquilo que orientaria o foco da experiência de formação do projeto, ou seja, se a prioridade da atuação estaria em formar os estudantes ou em atender às demandas das comunidades.

Sobre o primeiro ponto, é possível identificar que, a partir da percepção da necessidade de uma atuação com enfoque territorial e da articulação entre EES's, intensifica-se a discussão sobre Desenvolvimento Local dentro da incubadora e a partir dela surge então o Projeto Redes.

O Projeto Redes aparece como um último módulo do programa Oportunidade Solidária, construído a partir da demanda trazida pela ITCP-USP para a Prefeitura de São Paulo, ainda durante a execução do Programa. Do período em que foi escrito até sua aprovação e liberação de recurso, houve um intervalo de quatro meses que se iniciou justamente com o término do módulo de Pós-Incubação do Programa, conforme descrito anteriormente, o que acabou quebrando bastante o trabalho realizado até então. Assim, quando se iniciou o projeto, a maioria dos grupos já havia se dissolvido.

Uma das estratégias do Projeto Redes para fomentar o surgimento de novos grupos, foi a de articular as diversas atividades que aconteciam na região da Zona Sul, que pudessem estabelecer um diálogo direto com a Economia Solidária. Foram visitadas ONG's que realizavam cursos, como por exemplo de artesanato, entre vários outros que aconteciam de maneira isolada e que poderiam ganhar uma perspectiva econômica solidária.

Outra ideia central do projeto era a de criar espaços para a discussão e para as trocas concretas entre grupos e indivíduos que estivessem exercendo alguma atividade econômica na região. Foram realizadas pesquisas para diagnosticar as demandas de consumo e a oferta de produtos locais e percebeu-se que, em muitas situações, havia oferta e demanda de produtos, porém não havia dinheiro circulando. Nesse contexto surge então o Clube de Trocas do Jardim Ângela. Essa foi a primeira experiência da incubadora que trazia a perspectiva das trocas diretas de produtos e serviços entre as pessoas, sem a mediação da moeda oficial. Criou-se uma moeda social que recebeu o nome de “Futuro”. A experiência do Clube de Trocas teve diversos outros desdobramentos² e, a partir de então, a incubadora começou a elaborar outros projetos com a perspectiva do Desenvolvimento Local, buscando financiamento para manter as ações da Zona Sul, mesmo com o encerramento do Programa Oportunidade Solidária e da troca de gestão da Prefeitura de São Paulo, em 2005.

CRSANS-BT e Liga Solidária - Zona Oeste

Em paralelo a essa atuação em rede que, aos poucos tomava forma na Zona Sul, a incubadora passou a desenvolver uma série de ações, nesse momento, também com enfoque territorial, na Zona Oeste de São Paulo. Para entender essa atuação da ITCP-USP (que se dá tanto no nível da incubação de EES's, quanto no nível da participação em equipamentos públicos e também em redes de articulação política), precisamos fazer um breve histórico da própria região.

Podemos identificar, na região do Butantã, desde 1978, uma importante movimentação social e política. Além da própria Cidade Universitária, na qual se encontra a ITCP-USP, situam-se na região escolas, associações, o Instituto Butantã, paróquias, ou seja, diferentes atores que não só trabalhavam na região, como também moravam nela. Em 1999, após duas prefeituras que deixaram a cidade em péssimas condições, iniciou-se forte mobilização na região para a formação de uma rede local, que lutaria por melhorias para o bairro. Houve grande esforço principalmente de funcionários da saúde e da educação para a formação dessa rede.

Assim, em 2000, surge a Rede Butantã, congregando entidades e forças sociais da região. Seus principais objetivos iniciais eram o desenvolvimento local e a melhoria da qualidade de vida na região. Além disso, a rede buscou verificar as forças atuantes e convidá-las a participar da rede, disseminar e intensificar ações já existentes, além de descobrir e propor novas. Atualmente, é uma importante articuladora política, contando com 430 membros, e não só controla socialmente a execução das políticas públicas já implementadas, como também briga por novas políticas para a região.

Paralelamente à Rede Butantã, porém não relacionada a ela, surgiu, em 2001, a Rede Local de SANS - Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável, cuja origem e formação tiveram forte influência do Instituto Pólis. O instituto não só já trabalhava com a temática, como também tinha experiência acumulada em proposição de políticas públicas e possuía uma estratégia de atuação baseada no desenvolvimento local, através da criação de centros de referência e da formação de redes locais. Essa estratégia de atuação do Instituto Pólis veio de um processo de levantamento de modelos tanto com movimentos sociais, como com gestores públicos. Assim, estava colocada para a Rede

² Reflexões mais aprofundadas sobre o Clube de Trocas do Jardim Ângela podem ser encontradas no texto autoral da ITCP-USP dos temas *Finanças, Comercialização e Consumo Solidários*.

Local de SANS a questão: como estabelecer políticas públicas locais em segurança alimentar?

Havia, então, a proposta de construção de um Centro de Referência em Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável no Butantã (CRSANS-BT). Para isso, o Instituto Pólis iniciou uma busca por entidades parceiras e espaços para a construção desse centro. Neste momento, estava à frente da prefeitura da cidade de São Paulo o governo do PT, com a ex-prefeita Marta Suplicy. Conseqüentemente, havia participação de representantes da prefeitura na Rede SANS, o que foi decisivo não só para a formação e fortalecimento da rede, como para encontrar o local de construção do CRSANS-BT. Surge, assim, a proposta de utilizar o espaço de um antigo refeitório de funcionários da PMSP (1989-1992), que fica no Parque Raposo Tavares (inaugurado somente em 2008, embora já existisse de fato há alguns anos) que, por sua vez, havia funcionado como lixão até o ano de 1989.

O trabalho que hoje é desenvolvido pela ITCP-USP iniciou-se em 2005, pautado pela escrita do projeto “Desenvolvimento Local a partir da Economia Solidária e da Segurança Alimentar” do MDS-FINEP. Dessa forma, a ITCP-USP, em parceria com o Instituto Pólis e a Secretaria do Verde e Meio Ambiente da cidade de São Paulo iniciou a escrita do projeto. A incubadora seria proponente e executora, enquanto o Instituto Pólis e a Secretaria do Verde e Meio Ambiente seriam co-executores. O objetivo do projeto era, através de políticas públicas, conectar a Segurança Alimentar à Economia Solidária, por meio da construção política e física do CRSANS-BT, com uma cozinha-escola que seria utilizada para a incubação de EESs, além de espaços para a realização de formações e de ações de difusão de conceitos. Neste momento, a incubadora optou por uma estratégia de atuação que envolvia uma temática definida - a Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável - e a apropriação de equipamentos públicos pela sociedade civil.

Entretanto, o período transcorrido entre as primeiras propostas de ocupação do espaço do antigo refeitório e o surgimento de um projeto que pudesse financiar a construção do centro de referência teve impacto negativo para as articulações que estavam se desenvolvendo. Com o final do governo de Marta Suplicy, muitos representantes da prefeitura que acompanhavam a rede deixaram de fazê-lo e aqueles que permaneceram o fizeram por militância. A presença do governo como um dos atores na construção do centro de referência deixou de existir.

O período entre 2009 e 2010 foi de muitas dificuldades. Constantemente, surgiam entraves ao início da construção do CRSANS-BT, embora o recurso já estivesse liberado e a planta já estivesse aprovada. Ainda assim, este foi um momento extremamente importante para o fortalecimento da rede, pois, uma vez que os empreendimentos e a própria rede estavam sem um espaço físico, surgia a necessidade de abrigá-los em outros locais. Muitas associações abriram suas portas e receberam esses empreendimentos e, assim, fortalecia-se a rede.

Um ponto interessante nesse processo foi o desenvolvimento da planta do centro de referência, que foi realizado coletivamente, durante as reuniões da Rede SANS, com participação da comunidade, arquiteto e engenheiros da PMSP. E isso foi possível graças à forte articulação entre os atores da rede. Assim, o desenvolvimento da planta considerava três espaços: físico, organizacional e político, considerando que o modo como o espaço físico é construído tem influência na fluidez dos demais espaços.

No final de 2010, é finalmente inaugurado o CRSANS-BT. Restava ainda definir como seria feita a gestão executiva do CRSANS-BT. Surge a proposta de se criar uma Gestão Compartilhada, nos moldes de um conselho participativo, sendo composta por

usuários dos espaços do CRSANS-BT (a maioria são parceiros da Rede Local de SANS) e por um coordenador vindo do poder público, atualmente, do Núcleo Oeste da Secretaria do Verde e do Meio Ambiente. A proposta da gestão compartilhada é ser mais flexível, ou seja, aberta a todos da comunidade e através da qual a sociedade civil pode controlar equipamentos públicos.

Atualmente, a gestão compartilhada está encarregada da construção do calendário mensal das atividades que serão desenvolvidas no centro de referência, além de viabilizar na prática as articulações e demandas que surgem da Rede Local de SANS. Além disso, possui um regimento interno construído coletivamente e que está em fase de aprovação. Uma importante atividade que está desenvolvendo é a briga por uma dotação orçamentária própria do CRSANS-BT, que hoje não possui fontes fixas de recursos.

A atuação da incubadora no centro de referência se dá tanto na gestão compartilhada, da qual é membro, como também na utilização de seus espaços para a incubação de EES's - Mãos na Massa e Doces Alquimistas - e para o desenvolvimento de atividades de difusão da economia solidária e da segurança alimentar, como oficinas e formações.

Com a inauguração do CRSANS-BT, houve um arrefecimento da Rede Local de SANS. Ainda assim, ela está realizando um mapeamento das entidades e instituições da região, bem como das ações de SANS, além de realizar continuamente o controle social das atividades do centro de referência e da gestão compartilhada. Além disso, encaminha não só ao centro de referência, como a outros equipamentos públicos e entidades da região propostas de ação e demandas surgidas nas reuniões mensais da Rede Local. A participação da incubadora se dá na composição da comissão organizadora das reuniões e na coordenação das mesmas.

Ainda no sentido de atuar no território do Butantã, o GEPEM Zona Oeste está em constante mapeamento de parcerias. Assim, em 2009, iniciou-se um processo de aproximação da ITCP-USP à Liga Solidária, que atua com a implantação de políticas públicas de geração de renda através do Programa Religar, que oferece oficinas diversas (costura, culinária, artesanato) a beneficiários dos serviços de Assistência Social da região do Jardim Educandário.

Essa aproximação culminou, em 2010, na realização pela incubadora de uma série de oficinas sobre Economia Solidária dentro das oficinas de geração de renda do Programa Religar. Ao longo dessas oficinas, foi feito um diagnóstico de grupos produtivos já existentes e que a incubadora poderia acompanhar. Assim, iniciou-se o trabalho com um grupo de artesanato, que realizava a produção de tapetes e almofadas utilizando a técnica do amarradinho.

Observar o desenvolvimento desse grupo produtivo é interessante não apenas sob o ponto de vista da gestão desse EES, ou seja, do ganho de autonomia e controle do próprio trabalho que se estabeleceu, como também do desenvolvimento desse grupo enquanto articulador local da Economia Solidária, desenvolvimento esse que contou com grande incentivo do Projeto Articulação de ITCP's.

Inicialmente, o grupo contava com cerca de 20 integrantes e havia o intuito de se formar uma cooperativa de artesanato. Porém, quando a principal liderança – uma das professoras do Programa – deixou de participar do grupo, ocorreu uma grande desarticulação e aquelas que ficaram não sabiam o que fazer. Isso aconteceu porque, grande parte das ferramentas de gestão do empreendimento estavam sob controle dessa

liderança, ou seja, embora houvesse o intuito de se formar uma cooperativa, isso não se daria, necessariamente, dentro dos princípios da autogestão e do cooperativismo.

Assim, o processo de incubação propriamente dito do que veio a se configurar como o EES Amigas Arteiras pela ITCP-USP iniciou-se no começo de 2011. No que tange à autogestão do empreendimento, houve um intenso trabalho no sentido não só da apropriação de ferramentas de gestão, como também do próprio empreendimento, ou seja, era necessário que o grupo se enxergasse enquanto proprietário do empreendimento, o que se configurava como uma realidade diferente daquela vivenciada anteriormente. Em alguns momentos, o grupo chegou a acreditar que isso não seria possível, pois havia dificuldades na gestão para as quais as Amigas não estavam preparadas. Felizmente, ao longo do processo de incubação, as dificuldades foram sendo coletivamente superadas e, atualmente, a gestão do empreendimento ocorre de maneira mais democrática, ainda que com algumas dificuldades na apropriação das ferramentas por algumas das integrantes.

Nesse sentido, teve grande importância a participação das integrantes do grupo não só nos seminários do Projeto Articulação de ITCP's, como também no VIII Encontro de Formação de Formadores da Região Sudeste e no Fórum de Economia Solidária de Osasco. A participação nesses eventos ilustrava, com exemplos reais, que as dificuldades eram encontradas por diferentes grupos, mas que também eram superadas. Assim, foi ficando claro para o grupo que não só a autogestão do empreendimento é possível, como que a própria Economia Solidária é um movimento muito maior e mais forte do que se pensava anteriormente.

Dentre as ações mais recentes do EES Amigas Arteiras está a articulação, em sua própria comunidade, com a Liga Solidária, no sentido de propor novas formas de parceria e novas atuações na região que fomentem a Economia Solidária. Acreditamos que, embora não esteja em curso no trabalho de incubação o debate aprofundado sobre o papel do Amigas Arteiras como articuladoras de outro modelo de desenvolvimento no território onde atuam e moram, já existem ações que caminham nesse sentido, ou seja, na medida em que o grupo está desenvolvendo sua própria autonomia, já está também ampliando suas atuações para além do processo produtivo e se articulando localmente com outros atores da Economia Solidária.

Atualmente, as integrantes do grupo já dão oficinas sobre a técnica do amarradinho no Programa Religar. Após um episódio emblemático para o grupo, houve a reflexão de que a própria posição de oficinaira já é a consolidação de um papel muito maior na própria comunidade, uma vez que, como oficinairas, acabam sendo também difusoras de princípios, o que demanda responsabilidade não só da parte delas, como também da instituição Liga Solidária, no sentido de apoiá-las na defesa desses princípios.

Outro processo interessante que vem se desenvolvendo é a aproximação, ainda em estágio muito inicial, do Amigas Arteiras com outros EES's da mesma cadeia produtiva, como o grupo Brasilianas, acompanhado pela ITCP-FGV. Ainda que, no momento, os dois grupos estejam se conhecendo, não deixa de ser possível vislumbrar uma articulação maior, seja política ou econômica, uma vez que ambos são atores da

Economia Solidária na cidade de São Paulo e atuam na mesma cadeia produtiva. A reflexão que levou a essa aproximação é, além de dialogar e refletir sobre as dificuldades e soluções encontradas pelos empreendimentos para os desafios que enfrentam, ampliar a percepção do que é, ou pode vir a ser, a Economia Solidária enquanto alternativa para uma nova forma de produção econômica e organização da sociedade.

5. Ciclo de Formação e Seminário Temático

A produção dos textos apresentados neste volume só foram possíveis de serem elaborados devido ao ciclo de formação iniciado em Janeiro de 2012, seguindo até a última formação Maio de 2012, culminando em um Seminário realizado em Junho deste mesmo ano.

As formações no comitê gestor do projeto, integrado pelas equipes das cinco incubadoras, ocorreram em quatro momentos. Foi feito um estudo para cada um dos três temas, os quais foram inicialmente identificados como “planejamento e gestão participativa”, “desenvolvimento territorial” e “políticas públicas” e, por fim, um estudo integrado que buscou relacionar os conteúdos e sentidos dos temas entre si. O desafio consistia em elaborar uma formação para o comitê gestor conseguisse ter os elementos mínimos necessários para realizar suas formações internas e levantar suas experiências.

As formações internas do NuMI-EcoSol ocorreram em 3 oportunidades. A proposta foi de elaborar uma formação para a equipe do NuMI EcoSol que avançasse nos temas já discutidos em oficinas anteriores a execução desse projeto.

O conjunto de oficinas oferecidas pela equipe do projeto articulação do NuMI pode ser observado no Quadro 1 a seguir:

Quadro 1 - Relação de Formações ministradas pelo NuMI-EcoSol

	Oferecida ao comitê gestor do projeto articulação	Oferecida a equipe interna do NuMI-EcoSol
Formação em Planejamento e Gestão Participativa	Data: 24 e 25 de Janeiro de 2012 durante a reunião presencial do comitê gestor do projeto em Campinas. Ministrado por Danilo Ferreira, Patrícia Guarany e Tatiane Godoy (todos da equipe do projeto articulação)	Data: 26 de Março de 2012. Ministrado por Danilo Ferreira, Patrícia Guarany e Tatiane Godoy. Esta formação teve continuação realizada em 16 de abril de 2012 ministrada por Danilo Ferreira
Formação em Desenvolvimento Territorial	Data: 13 e 14 de Março de 2012 durante a reunião presencial do comitê gestor do projeto em São Carlos. Ministrado por Patrícia Guarany e Danilo Ferreira.	Data: 25 de Maio de 2012. Ministrado por Danilo Ferreira, Patrícia Guarany e Tatiane Godoy (todos da equipe do projeto articulação)
Formação em Políticas Públicas	Data: 17 e 18 de Abril de 2012 durante a reunião presencial do comitê Gestor do projeto em São Paulo. Ministrado por Danilo Ferreira, Patrícia Guarany e Tatiane Godoy.	Data: 09 de Maio de 2012. Ministrada por Rafael Moya (Advogado com atuação na Economia Solidária).
Formação de integração entre os três temas: Gestão Participativa, Desenvolvimento Territorial e Políticas Públicas.	Data: 15 e 16 de Maio de 2012 durante a reunião presencial do comitê Gestor do projeto em Assis. Ministrado por Danilo Ferreira, Patrícia Guarany e Tatiane Godoy.	Atividade não programada

A realização do Seminário exigiu esforço de organização desde o início de 2012. Foi composta uma equipe ampliada, com diversos integrantes da equipe do NuMI, inseridos em diversas comissões: 1. Coordenação Geral; 2. Infra-estrutura: 2.1 Espaço Físico; 2.2 Alimentação; 2.3 Transporte; 2.4 Hospedagem; 2.5 Kits e Inscrições; 2.6 Espaço para as crianças.; 3. Atividades Culturais; 4. Divulgação e Registros Gerais.

O evento contou com programação que pode ser observada na Figura 1.

PROGRAMAÇÃO			
PERÍODOS	Quinta: 28/06	Sexta: 29/06	Sábado: 30/06
CAFÉ		08h00 às 09h00	08h00 às 09h00
MANHÃ	CREDECENCIAMENTO 11h00	MESA 3 POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A ECONOMIA SOLIDÁRIA 9h00 às 12h00	MESA 5 "A ECONOMIA SOLIDÁRIA NO DIA A DIA: EXPERIÊNCIAS DE VIDA" 9h00 às 11h30 Intervalo Café 11h30 às 12h00 MESA 6 ENCERRAMENTO : "AMARRANDO AS PONTAS" 12h00 às 13h30
ALMOÇO	12h00 às 14h00	12h00 às 14h00	13h30 às 15h00
TARDE	PROTOCOLO 14h00 às 15h00 MESA 1 ABERTURA: "CAMINHOS PARA A CONSOLIDAÇÃO DA ECONOMIA SOLIDÁRIA" 15h15 às 16h30	OFICINAS E GRUPOS TEMÁTICOS 14h00 às 17h00	
	VÍDEO 3º SEMINÁRIO 16h30 às 17h00 Intervalo Café 17h00 às 17h45	Intervalo Café 17h00 às 18h00	
NOITE	MESA 2 ECONOMIA SOLIDÁRIA COMO ESTRATÉGIA PARA O DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL 17h45 às 20h00	MESA 4 AS FORMAS DE GESTÃO DO TRABALHO NOS EES: DESAFIOS E LIMITES 18h00 às 20h00	
JANTAR	20h30 às 22h00	20h30 às 22h00	
	ATIVIDADE CULTURAL	ATIVIDADE CULTURAL	

Figura 1 – Programação do Seminário

A Mesa de Abertura contou com a participação de Ana Maria Rodrigues de Carvalho, docente da INCOP UNESP/Assis e Patricia Guarany Cunha Santos, representante do comitê gestor do projeto de Articulação de ITCPs pelo NuMI-EcoSol.

A Mesa 2, com conteúdo temático "Economia Solidária como Estratégia para o Desenvolvimento Territorial" contou com a participação de Thaís Troncon Rosa, doutoranda em Arquitetura pela USP/São Carlos e sócia fundadora da TEIA Casa de Criação; Ioshiaqui Shimbo, docente do NuMI Ecosol/UFSCar; Leonora Mol, do Banco

Bem (Espírito Santo) e; Tatiane Marina Pinto de Godoy, representante do comitê gestor do projeto de Articulação de ITCPs pelo NuMI-EcoSol.

A Mesa 3, com tema “Políticas Públicas para a Economia Solidária” contou com Fábio Bechara Sanches, ex-secretário adjunto SENAES; Reynaldo Sorbille, ex-diretor do Departamento de Apoio a Economia Solidária de São Carlos; José Simões Nunes, representante do EES ACOOTERRA; Matilde Ramos da Silva, representante do EES Recicla Ourinhos e do Movimento Nacional de Catadores de Material Reciclável e; Ricardo Gonçalves Conceição, representante do comitê gestor do projeto de Articulação de ITCPs pela INCOP/UNESP/Assis.

A mesa 4, teve como tema “As Formas de Gestão do Trabalho nos Empreendimentos de Economia Solidária: Desafios e Limites”. Participaram desta mesa Rosemeire A. Scopinho, docente do Departamento de Psicologia da UFSCar; Ana Lucia Cortegoso, Diretora do NuMI-Ecosol / UFSCar; Eliene de Souza Silva, Representante do EES Limpsol e; Denizart Fazio, representante do comitê gestor do projeto de Articulação de ITCPs pela ITCP/USP.

A Mesa 5 abordou “A Economia Solidária no dia-a-dia: Experiências de Vida”. Contou com a participação de Rose Cristina Macedo, moradora do Jardim Gonzaga e representante do Banco Comunitário e do EES Limpsol; Dona Fabiana Oliveira, moradora do Jardim Gonzaga e fundadora grupo Sabão Recicla; Roseli Donizete de Oliveira, representante do EES Maria & Fuxicos; André Luis Batista de Souza, representante do EES Recriart; Padre José Luís, pároco da Igreja Madre Cabrini, localizada no território e; Pedro Luiz dos Santos, representante do Banco Comunitário Nascente.

A mesa 6 foi proposta como encerramento e ligação com o seminário seguinte do projeto. Recebeu como título “Amarando as pontas” e contou com a Participação de Danilo Malta Ferreira, Patricia Guarany Cunha Santos e Tatiane Marina Pinto de Godoy, representantes do comitê gestor do projeto de Articulação de ITCPs pelo NuMI-EcoSol e; Ricardo Gonçalves Conceição e Rafael Gorni Felício, representantes do comitê gestor do projeto de Articulação de ITCPs pela INCOP/UNESP/Assis.

Este volume é o quarto de cinco existentes. O Primeiro foi elabora pela ITCP/USP, o segundo pela ITCP/UNICAMP, o terceiro pela ITCP/FGV e o quinto pela INCOP/UNESP/Assis. Todos apresentam um compêndio de textos elaborados a partir de seus respectivos ciclos de formação e seminários.